

**ANÁLISE DA INSERÇÃO DO SETOR EXPORTADOR DO ESTADO DO PARÁ-
AMAZÔNIA-BRASIL NA DINÂMICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL, 2004-
2005.**

Heriberto Wagner Amanajás Pena

Renata Quaresma da Costa

RESUMO

Neste livro discute-se as abordagens teóricas relevantes para o comércio internacional, iniciando pela questão da competitividade das nações e as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional. Aborda também a escola estruturalista, a corrente alternativa e a hipótese da inserção regressiva do Brasil no mercado internacional. Será feita a análise da inserção do setor exportador do Estado do Pará na dinâmica do comércio internacional, no período de 2004-2005. Pretende-se avaliar a composição da estrutura de exportação do Pará e analisar a matriz de competitividade do Estado através da porcentagem das exportações, assim como identificar os produtos mais importantes. O resultado das análises mostrou que a grande maioria da pauta de exportação do Pará concentra-se no setor dinâmico, não competitivo.

Palavras-chave: Pará. Produtos. Exportação. Comércio. Competitividade. Dinamismo

ABSTRACT

In this work theoretical approaches to international trading are discussed, starting by national competitiveness issues and then addressing classical and neoclassical theories about international trade. It also addresses the structuralist economic school, the alternative school, and the assumption of Brazil's regressive insertion in international markets. An analysis of Para's state's insertion in international trade will be done as well, analyzing the 2003-2005 period. The work also pretends to analyze the composition of Para's exports infrastructure and its competitiveness matrix utilizing the exports percentage as base data, and identify the most important products. Analysis results have shown that most export products of Para's state are not competitive, being in the dynamic sector.

Key-words: Pará. Products. Export. Business. Competitive edge. Dynamic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

1.2 OBJETIVOS

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

2.2 O DEBATE TEÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO E A COMPETITIVIDADE DE PORTER

2.2.1 Explicações Conflitantes

2.2.2 Produtividade

2.2.3 Teoria Clássica e Neoclássica do Comércio Internacional

2.2.4 O Mercantilismo

2.2.5 A Escola Clássica

2.2.5.1 Teoria das vantagens Comparativas

2.2.6 A Escola Neoclássica

2.2.6.1 A Crítica Estruturalista

2.2.7 A Escola Estruturalista

2.2.7.1 Crítica Neoclássica

2.2.8 A Escola Alternativa

2.2.9 A Hipótese da Inserção Regressiva

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

3.2 FONTE DOS DADOS

3.2.1 Ajuste dos dados

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

3.3.1 Matriz de competitividade

3.3.1.1 Indicadores da Matriz de Competitividade

3.3.1.2 Conceitualização Setorial da Matriz de Competitividade

4. MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

5. ANÁLISE DO DINAMISMO DAS EXPORTAÇÕES DO PARÁ

5.1 Indicadores da Matriz de Competitividade do Pará

5.2 A Matriz de Competitividade do Pará

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho discute-se as abordagens teóricas do comércio internacional, iniciando pela questão da competitividade das nações e as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional. O primeiro tema, a competitividade das nações, estaria ligado principalmente à produtividade com a qual os recursos nacionais são empregados, proporcionando um padrão de vida elevado e ascendente para seus cidadãos.

Já as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional demonstram que a ordem econômica internacional deveria ser liberal, impessoal e com mecanismo de ajuste automático. Esta escola teórica surgiu no período pós-medieval, com as idéias modernas do mercantilismo, passando pela teoria clássica, com as teorias das vantagens absolutas e vantagens comparativas, até chegar à teoria neoclássica, com suas idéias de expectativas racionais, onde sua principal preocupação é o funcionamento de mercado e como se chegar ao pleno emprego dos fatores de produção baseado no pensamento liberal.

O comércio internacional tem revelado nos últimos anos a trajetória em busca de uma livre negociação não tem se expressado numa melhora significativa dos indicadores sociais dos países menos desenvolvidos, apesar do crescimento exponencial das exportações mundiais.

O argumento neoclássico defende o perfil laissez-faire num modelo de comércio neutro e conclui que os países que adotaram um regime não intervencionista de promoção às exportações de inserção no mercado mundial obtiveram um resultado eficiente. Já para a corrente estruturalista a intervenção estatal seria a saída para uma industrialização calçada na proteção das indústrias nascentes e dessa forma as economias estariam protegidas da competição em seus estágios iniciais,

pois o livre jogo das forças de mercado só tenderia a reforçar os problemas referentes ao balanço de pagamentos.

A escola alternativa, contrariando o pensamento neoclássico, defende uma intervenção do estado na economia principalmente àquela seletiva acompanhada de política industrial para correção de possíveis falhas nos mercados de produtos e fatores espontaneamente presentes nas economias em desenvolvimento, capaz de moldar de forma orientada a estrutura produtiva nacional em busca de uma participação mais dinâmica no comércio internacional.

Também discute-se neste trabalho a hipótese da inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio. Esta hipótese abrange a perda de competitividade internacional da indústria brasileira e o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora.

E este trabalho é voltado primordialmente para a análise do comércio exterior do Estado do Pará, este que apresenta grande potencial de crescimento, e é um tema importante a ser discutido, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Estado não apenas no sentido das características estruturais da economia, mas principalmente, voltado a qualificar as condições de vida da população.

Segundo o Ranking da Balança Comercial dos Estados Brasileiros - 2006, (SEPOF, 2007), o Pará apresentou o terceiro maior saldo comercial entre as Unidades Federativas brasileiras, ficando atrás apenas dos Estados De Minas Gerais e São Paulo, que foram respectivamente, o primeiro e o segundo colocados no Ranking. E o Pará obteve também, a oitava posição no Ranking das exportações, com participação de 4,75% nas exportações do país, no ano de 2006. Resultado este, muito surpreendente, uma vez que a região Norte do Brasil representa apenas 6,51% das exportações totais do país.

Então, este estudo pretende analisar a inserção do Estado do Pará no comércio internacional, não apenas com relação a seu aspecto quantitativo, mas principalmente, quanto a

seu aspecto qualitativo. Já que de acordo com a tendência da composição do comércio internacional, seguindo a linha dos países em desenvolvimento, o Estado localiza-se no grupo dos exportadores de produtos básicos, e importadores de produtos bens manufaturados. O que provoca uma deterioração dos termos de intercâmbio do Estado e baixa o padrão de vida estadual.

Com a finalidade de otimizar a dinâmica de exportações do Pará, seria relevante a implementação de uma política de promoção de exportação que priorizasse a busca pelo aumento da diversificação dos mercados de destino de vendas externas do Estado. E para que esta política de promoção de exportações obtenha êxito, deve considerar primordialmente, a escolha dos setores ou produtos alvos, de maneira criteriosa.

A busca pelo mercado externo não pode ser feita de maneira desorganizada, sob o risco de se desperdiçar recursos escassos, do Estado como um todo, ou das empresas. Antes de definir uma política de promoção de exportações, os responsáveis pela sua condução precisam conhecer o mercado externo, as fontes de competitividade e a capacidade de expansão da produção do país. Ou seja, é necessário conhecer o comportamento da demanda mundial, as vantagens comparativas do Estado e de seus principais competidores antes de definir quais setores produtivos devem ser estimulados. Do mesmo modo, uma empresa, antes de se aventurar no mercado externo, precisa analisar qual mercado apresenta melhores condições para a colocação do seu produto.

A escolha dos setores-alvo deve basear-se na competitividade dos produtos da Pauta de Exportações do Pará (condições de oferta) e no desempenho e no tamanho da demanda externa pelo produto (condições da demanda), devendo priorizar os produtos com maiores probabilidades de sucesso.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O Estado do Pará, incluso no contexto da Amazônia oriental brasileira, tem um histórico baseado na economia extrativa, que segundo Bunker (1985)¹, apóia-se na extração de recursos da natureza mais do que na criação de valor por meio do trabalho. Para ele, as economias extrativas participam do sistema mundial exportando produtos extrativos para as economias de produção. Conseqüentemente, o fluxo de energia de uma economia extrativa para uma economia produtiva, reduz a complexidade e faz crescer a entropia na primeira, enquanto aumenta a complexidade e o poder da segunda.

O autor também aponta como equívocos na estratégia de modernização da Amazônia oriental brasileira, o insucesso dos empreendimentos historicamente voltados para a extração de matérias-primas, que não conseguiram produzir efeitos de encadeamento para frente ou para trás e de industrialização nas economias extrativas. Assim como, denunciava a ausência de análises interescares que enfatizem as mudanças na estruturação do sistema mundial e as alterações nas determinações sistêmicas que ensejam a subordinação das regiões periféricas ricas em matérias-primas às regiões centrais.

Bunker apontou também, que os estados federados ao enfatizarem a verticalização e negligenciarem alternativas para a diversificação produtiva, não vinculando a diversificação apenas a uma eventual verticalização da produção mineral, partindo de um produto extrativo, mas de incorporar impulsos que possam advir da exportação de commodities para outros segmentos da economia da região extrativa.

E neste contexto, observamos que a Pauta de Exportação do Pará é composta por produtos primários, bens produzidos em atividades agropecuárias e da extração mineral e vegetal.

¹ BUNKER, 1985, apud COELHO, p. 5-17, 2005.

Segundo o Centro Internacional de Negócios do Pará, apenas 20 segmentos produtivos responderam por 93,32% desta Pauta, no ano de 2005.

A Pauta de Exportação do Pará é formada por commodities minerais e produtos tradicionais. Entre as *commodities* minerais destacam-se a hematita, o alumínio e derivados, alumina e óxidos, o ferro-gusa, minério de cobre, caulim, bauxita, manganês e silícios. Já alguns dos principais produtos tradicionais são a madeira, a pasta química de madeira, pimenta, peixes, castanha do Brasil, soja, entre outros (CNI, 2006).

Enquanto do lado das importações do Pará, o perfil é inverso e mais de 60% das compras paraenses são de produtos com média e alta tecnologia caracterizando um quadro de baixo dinamismo da estrutura exportadora (CNI, 2006).

A expansão do comércio de distintos produtos caracteriza um cenário antagônico que reproduz uma nova divisão internacional do trabalho. Portanto, os Estados que seguem exportando produtos primários estão na contra-mão da demanda mundial para produtos dinâmicos e as diferenças de ganhos de comércio deterioram as relações de troca desses Estados que mantêm uma elevada dependência na exportação de produtos com baixa elasticidade.

Nas últimas duas décadas os países que conseguiram criar uma importante base industrial fundamentada em políticas industriais seletivas, dinamizaram suas exportações. No contrário disso, aqueles que concentraram suas exportações em recursos naturais, mão-de-obra não-qualificada evoluíram para um quadro atual de baixo dinamismo do setor externo.

Uma inserção competitiva aos mercados internacionais segue baseado em setores produtivos que tenham uma demanda mundial com importante potencial de expansão, elevado valor adicionado, rápido crescimento de produtividade e que ofereçam maiores parcelas de mercado.

Nesse sentido, à medida que os Estados concentram esforços para aumentar a produção e exportação de produtos com elevado consumo mundial, contribuem simultaneamente para uma mudança na sua estrutura exportadora e melhoram sua posição competitiva internacional. As mudanças no comércio internacional tem oferecido maiores ganhos para Estados que aumentam as suas parcelas de mercado em setores com forte demanda.

A posição competitiva do Estado passa ser uma variável dependente não apenas da elasticidade-renda e de mudanças nas vantagens comparativas, mas também pelo desempenho das políticas industriais que selecionam setores intensivos em tecnologia, mão-de-obra qualificada criando e reproduzindo vantagens competitivas.

1.2 OBJETIVOS

Em termos gerais, o objetivo desta monografia é analisar a inserção do setor exportador do estado do Pará na dinâmica do comércio internacional, no período de 2003 a 2005.

De forma específica, pretende-se:

1. Avaliar a composição da estrutura de exportação do Pará;
2. Analisar a matriz de competitividade do Pará através da porcentagem das exportações ;
3. Identificar os produtos mais importantes da pauta desse Estado.

Este trabalho divide-se em 4 capítulos além desta introdução. O capítulo II apresenta o referencial teórico, com uma discussão sobre a questão da competitividade das nações, da teoria clássica e neoclássica do comércio internacional, e o desenvolvimento econômico e as estratégias de orientações de mercado que estão por trás do sucesso macroeconômico dos novos países industrializados (NPIs) responsáveis pela inserção externa. No capítulo III, se apresentará o

aspecto metodológico deste destacando-se os pormenores da matriz de competitividade como ferramenta crucial da análise.

No capítulo IV, discutem-se as mudanças estruturais no comércio internacional a partir da demanda e de suas condicionantes. No último capítulo se analisa comparativamente o resultado da pesquisa. E por fim são feitas as considerações finais sobre o trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção se introduz um breve panorama do que se pode intitular de modos alternativos de interpretação do desenvolvimento econômico. Esse tema “desenvolvimento econômico” foi criado originalmente não divorciado do comércio exterior e com sinônimo de crescimento econômico, mas a partir da segunda grande guerra vão adquirindo um novo sentido com os chamados teóricos desenvolvimentistas (GONÇALVES, 1998).

No entanto, o principal objetivo não é fazer um percurso histórico do seu engenho, mas discutir numa perspectiva moderna pós-segunda guerra mundial quais foram às interpretações das diversas escolas econômicas e principalmente as sugestões e implicações de política econômica que motivaram as estratégias de desenvolvimento.

O comércio internacional sempre foi a motriz das economias, de um lado porque dele se obtém os ganhos necessários para produção e reprodução material da sociedade, uma maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelos progressos técnicos, necessários para garantir sua continuidade (RODRIGUEZ, 1981).

Todavia, a teoria do desenvolvimento no pós-guerra argumentava que os países subdesenvolvidos possuíam características intrínsecas e por isso mesmo o arcabouço teórico tradicional (ortodoxo) era inadequado para discutir o fenômeno. Segundo Kitamura (1968) são estáticas as teorias ortodoxas do comércio internacional na condução do desenvolvimento econômico, num mundo em constante mudança o livre jogo das forças de mercado só tendem a reforçar os desníveis de status entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

2.1 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O desenvolvimento começa quase sempre quando, um determinado setor de um pequeno país produz excedentes exportáveis ao lado de uma economia de subsistência, determinando dessa forma sua inserção externa baseada em recursos produtivos disponíveis. Nesse sentido, a monetarização desses segmentos setoriais da economia ao vender para o mercado externo seus excedentes, passa a adquirir moeda e demandar outros bens necessários ao processo de produção vigente (WILLIAMSON,1988).

Dado este passo inicial, um país que tenha atingido este estágio começa a gerar ofertas cada vez maiores dos fatores de produção necessários para a expansão do setor moderno. Todavia, a questão principal agora passa a ser, qual a orientação de mercado que deverá ser dado ao patamar da oferta estabelecida, para que o processo de produção seja efetivado e o ciclo de produção não seja interrompido.

A literatura econômica reserva quatro alternativas de estratégias possíveis, a saber, o crescimento equilibrado, exportações tradicionais, exportações não-tradicionais e substituição de importações. Cada estratégia criou em si uma dinâmica, que aliada a uma lógica de políticas públicas implementadas resultou numa inserção junto ao comércio internacional.

O crescimento equilibrado, que tem como seus principais expoentes o economista austríaco Paul Rosenstein-Rodan e o economista Ranger Nurse, argumentava que uma expansão isolada da produção de uma ou duas indústrias estava fadada ao insucesso, devido ao não aumento do poder aquisitivo de outros setores da economia, que eram potencialmente consumidores do excedente da produção (WILLIAMSON,1988). Assim, a única forma de consumir os excedentes da produção era através da flexibilização dos preços, mas por outro lado à rentabilidade para a manutenção da produção ficaria comprometida, inviabilizando o consumo de outros bens. A solução para o dilema seria segundo a corrente a expansão equilibrada em muitos setores, de forma a manter uma demanda intermediária e final entre eles.

Alternativa são as exportações tradicionais, destinando as ofertas adicionais de fatores de produção aos setores que já se encontram produzindo para o mercado externo, pois, entende-se que os mesmos já dispõem de vantagens comparativas e nesse caso o mercado internacional passa a ser o principal componente da demanda adicional e os proventos dessa exportação serão usados para aquisição de produtos no mercado externo (WILLIAMSON,1988).

Outra possibilidade é desenvolver outros setores para exportação, incorporando na pauta do país, produtos com demanda mais elástica que possibilitem melhores termos de troca, e à medida que as exportações avancem gerando receitas (divisas) o processo de aquisição de insumos para a manutenção do processo continue, caracterizando uma inserção externa na exportação de produtos não-tradicionais (WILLIAMSON,1988).

A quarta e última possibilidade são estabelecer novas indústrias para substituírem as importações, e nesse caso o componente de aumento da demanda agregada passa a ser o mercado interno, e não o externo. Diferente do primeiro caso (crescimento equilibrado) a substituição de importações tem uma dinâmica que pode gerar o crescimento de setor em setor. A eliminação de

algumas importações libera divisas para a compra de insumos necessários no mercado externo ou alguns bens intermediários podem começar a ser produzidos no próprio país (WILLIAMSON,1988).

A proposta que se encarregou de disseminar em todo o mundo a estratégia por substituição de importações foi à escola estruturalista, a partir da ruptura com o pensamento econômico ortodoxo, especificamente no período pós-segunda guerra. A Cepal motivou o processo e introduziu conceitos e teorias novas como a concepção centro-periferia, os mecanismos de deterioração das relações de troca e até algumas concepções de dependência.

Em princípio, embora haja uma diversidade de estratégias a ser empregado pelos países em desenvolvimento, o que há basicamente é a opção entre produzir com uma orientação ao mercado interno (industrialização por substituição de importações), e pelo desenvolvimento industrial voltado para o mercado externo (promoção das exportações), ainda que a escolha por uma das estratégias não exclua a outra.

Segundo Balassa (1982), a opção entre produzir para o mercado interno ou externo, são definidas como estratégias de desenvolvimento introvertidas e extrovertidas, caso os incentivos sejam claramente em favor do mercado doméstico, cria-se um viés contra exportação em apologia a substituição de importações e seu reconhecimento se expressa pelas estimativas de incentivos médios.

Para Canuto (1994) existem duas estratégias de desenvolvimento: a orientação para dentro (introversão ou substituição de importações), que corresponde ao “voluntarismo” no que diz respeito ao padrão normal, e se diferencia desta exatamente porque realoca os recursos da exportação para importação; e a orientação para fora (extroversão ou promoção de exportação) de

acordo com os princípios da vantagem comparativa que permitem os setores desenvolverem economias de escala, a partir do crescimento da renda, poupança e capital físico-humano.

A grande maioria dos países menos desenvolvidos, independente da dotação de recursos naturais herdados adotou como estratégia de desenvolvimento industrial a substituição de importações, onde a dinâmica ocorria no sentido de importar bens de investimento para produzir bens de consumo anteriormente importados, para atender ao mercado doméstico.

As exceções a esta generalização foram Hong-Kong, Singapura, Coréia do Sul e Taiwan caracterizados por adotarem estratégias de industrialização “voltadas para fora”. Em termos gerais, a industrialização por substituição de importações foi pensada como estratégia mais ampla de desenvolvimento, e não restritamente uma política de industrialização (COLMAN; NIXSON, 1981)

2.2 O DEBATE TEÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO E A COMPETITIVIDADE DE PORTER

Quando o argumento inicial em favor do crescimento equilibrado deixou de ser atrativo, o espaço para o debate teórico do desenvolvimento enveredou-se para uma opção relativamente autárquica da substituição de importações sustentadas por uma política protecionista e a opção voltada para o mercado interno como principal componente da demanda agregada.

Partindo de um contexto histórico específico, a saída seria adotar uma política deliberada de intervenção governamental em busca do desenvolvimento industrial utilizando-se de instrumentos de política comercial protecionistas com vistas a proteger a indústria nascente da concorrência externa, sob a alegação que caracteriza as concorrentes externas como indústrias já consolidadas nos países desenvolvidos. Por outro lado, também já estava iniciando o problema do

protecionismo, presentes nos países industrializados, o que dificultava a inserção externa dos países em desenvolvimento.

No entanto, estava mais do que claro entre as economias em desenvolvimento que a inserção externa dependeria de uma opção mais vantajosa, que ficaria a critério dessas economias, tratava-se de optar dada as circunstâncias se era mais vantajoso expandir a fatia do mercado interno atendida por fontes internas ou conseguir expandir as exportações dos produtos com demanda internacional crescente, as chamadas manufaturas.

O conceito de “competitividade das nações”, fundamentado no livro “A Vantagem Competitiva das Nações”, de Michael Porter (1989). O autor baseou sua obra no estudo de dez nações e na história detalhada de mais de 100 indústrias, procurando explicar o papel desempenhado pelo ambiente econômico, pelas instituições e políticas de uma nação no êxito competitivo de suas indústrias.

Para Porter (1989), a competição internacional é um dos temas mais debatidos atualmente. A questão central é a causa do sucesso econômico de algumas nações, enquanto outras falham na competitividade mundial. O assunto é uma das maiores apreensões do Governo e das indústrias das nações.

A finalidade do estudo do tema, segundo Porter (1989), seria demonstrar as causas da prosperidade econômica alcançada por algumas empresas e nações. Descobrir os motivos que levam algumas empresas a manter uma vantagem competitiva numa determinada área, comparando-se com outros competidores mundiais. E como uma só nação pode concentrar muitas empresas líderes mundiais no setor industrial.

O principal interesse para as firmas é o conhecimento dos fatores capazes de proporcionar, assim como manter, uma vantagem competitiva em termos internacionais, no país em que está

sediada. E este também é um assunto de interesse nacional, pois um país que apresenta um elevado nível de produtividade e maior eficiência nas suas indústrias, tem como consequência o aumento de sua renda nacional, a longo prazo.

Para o autor, o paradigma dominante para a razão do êxito internacional das nações, em determinadas indústrias mostra sinais de cansaço. As teorias clássicas do século XVIII, que explicam os padrões de importações e exportações de um país, como as obras de Adam Smith e David Ricardo, tornaram-se inadequadas. Principalmente devido a mudanças na natureza da competição internacional, como veremos na próxima seção que abordará as Teorias Clássica e Neoclássica do Comércio Internacional.

Porter (1989) ressalta ainda, que novas explicações foram sugeridas, porém nenhuma delas é suficiente para mostrar por que as empresas com sede em determinadas nações podem competir com sucesso, tanto por meio da exportação como do investimento no exterior, em determinadas indústrias. Nem serviram para explicar como as empresas de um país conseguem manter posições competitivas durante períodos consideráveis.

2.2.1 Explicações Conflitantes

Para Porter (1989) são muitas as explicações das razões da competitividade das nações, e geralmente, essas explicações são conflitantes, não há uma teoria geralmente aceita. Definir um conceito para “competitividade” referente a uma nação torna-se um problema, pois o assunto não é totalmente compreendido, apresentando intenso debate em muitas nações. Algumas das principais explicações sobre o assunto estão elencadas a seguir:

- A competitividade vista como um fenômeno macroeconômico, estimulado por variáveis como taxas de câmbio, taxas de juros e déficits governamentais. Porém, alguns países apresentaram elevação no seu padrão de vida apesar dos déficits orçamentários, de moedas em valorização e de altas taxas de juros;

- Outra explicação é que a competitividade seria função de mão-de-obra barata e abundante. Mas alguns países prosperaram apesar de salários altos e longos períodos de escassez de mão-de-obra;
- Outra idéia é que a competitividade depende de recursos naturais abundantes. Entretanto, atualmente as mais bem-sucedidas nações industrializadas, foram países com limitados recursos naturais que importam a maior parte das matérias-primas;
- Mais um argumento é que a competitividade é bastante influenciada pelas políticas governamentais. Este argumento identifica a fixação de metas a proteção, a promoção de exportações e os subsídios como caminho para o sucesso internacional. No entanto, esse papel decisivo das políticas governamentais na competitividade não é confirmado por um exame mais amplo da experiência, pois algumas nações que apresentaram políticas de governo inócuas durante algum período, conseguiram obter rápido crescimento na sua parcela de exportações e melhora no padrão de vida, como a Itália no período de pós-guerra;
- A última explicação da competitividade nacional são as diferenças de práticas administrativas, inclusive as relações de capital e trabalho. O principal problema dessa explicação é que diferentes indústrias exigem diferentes abordagens administrativas. Uma prática administrativa bem-sucedida numa indústria pode apresentar resultado desastroso em outra.

Mesmo que cada uma destas explicações encerre um pouco de verdade, nenhuma delas é totalmente satisfatória na explicação da competitividade nacional. Parece operar um agrupamento mais amplo e complexo de fatores.

2.2.2 Produtividade

Segundo Porter, a idéia de “nação competitiva” não é tão importante para a prosperidade econômica, e a capacidade de conseguir um padrão de vida elevado e ascendente para os seus cidadãos depende da produtividade com a qual os recursos nacionais (trabalho e capital) são empregados. E a produtividade depende da qualidade e das características dos produtos (que determinam os preços que podem obter) e da eficiência com que são produzidos.

Portanto, a longo prazo, a produtividade é o principal determinante do padrão de vida de um país, assim como, da renda *per capita* nacional.

Quando há um aumento da produtividade dos recursos humanos, ocorre a elevação dos salários, enquanto a produtividade com que o capital é empregado determina o retorno dos empresários. Como a alta produtividade sustenta elevados níveis de renda nacional utilizados para custear os serviços públicos, ocorre também uma melhora no padrão de vida.

E com o crescimento constante da produtividade de um país, há a necessidade de que a economia melhore freqüentemente. Provocando a elevação da produtividade das indústrias existentes, e aperfeiçoando a qualidade e a tecnologia dos produtos e intensificando a eficiência da produção. Do mesmo modo, a economia que se aperfeiçoa tem a capacidade de competir com êxito indústrias novas. Podendo absorver recursos humanos livres no processo de melhora da produtividade nos setores existentes.

Por isso, percebemos que o objetivo é manter altos salários e obter preços elevados no mercado internacional, e não o uso de trabalho barato e uma taxa de câmbio “favorável” como estratégias de competitividade. Como citou Porter (1989) no trecho a seguir:

A expansão das exportações devido a baixos salários e uma moeda fraca – ao mesmo tempo em que o país importa bens sofisticados, que suas empresas não podem fazer com produtividade suficiente para competir com rivais estrangeiros – pode proporcionar equilíbrio ou saldo na balança comercial, mas baixa o padrão de vida nacional. Em lugar disso, a capacidade de exportar muitos artigos fabricados com alta produtividade, que permite ao país importar muitos artigos que envolvam menor produtividade, é meta mais desejável porque se traduz em maior produtividade nacional.

(PORTER, 1989, p. 9).

Então, para entender a competitividade a nível nacional, é importante compreender os determinantes da produtividade, assim como seu ritmo de crescimento. Uma das formas mais eficientes é focalizar em indústrias específicas e segmentos da indústria, investigando as causas da criação de habilidades e tecnologia significativas e valiosas comercialmente, onde encontram-se os recursos humanos com altos níveis de conhecimento especializados e onde desenvolvem-se tecnologias comercialmente bem-sucedidas, devido ao processo de ligação destas indústrias com a competição internacional moderna.

2.2.3 Teoria Clássica e Neoclássica do Comércio Internacional

O surgimento de uma economia mundial ocorreu num processo de dimensão política, com a integração de regiões e cidades semi-autônomas em Estado nacional e, em dimensão econômica, com o surgimento do sistema mercantilista. A expansão comercial dos Estados nacionais criou as condições institucionais para a criação de uma economia mundial e a base econômica para o capitalismo industrial (GONÇALVES, 1998).

A teoria clássica do comércio internacional teve como ponto de partida, o mercantilismo, que defendia uma política comercial baseada na promoção do superávit da balança comercial. Seguido pela idéia das vantagens absolutas, onde uma nação exporta um produto se o produz a mais baixo custo do mundo, e das vantagens comparativas, onde as forças de mercado encaminharão os recursos de um país para as indústrias onde é relativamente mais produtivo (PORTER, 1989).

Posteriormente os neoclássicos introduziram à teoria das vantagens comparativas, a idéia de que as nações tem, todas tecnologia equivalente, porém diferem nas disponibilidades dos chamados fatores de produção. Também foram os responsáveis pela modificação dos métodos de estudos econômicos, dando uma forma mais analítica e com o uso de argumentos matemáticos. Seguiam idéias do pensamento liberal, e defendiam os conceitos de expectativas racionais e otimização dos recursos escassos, e o não-intervencionismo do Governo nas políticas macroeconômicas.

2.2.4 O Mercantilismo

O mercantilismo foi o marco inicial do surgimento de idéias modernas, pós-medievais do pensamento econômico. É o conjunto de doutrinas de política econômica que acompanharam a consolidação do absolutismo e dos primeiros estados-nações europeus. A política comercial

mercantilista defendia a unificação econômica, jurídica e administrativa nacional. O Nacionalismo e o absolutismo são as contrapartidas políticas do mercantilismo (GONÇALVES, 1998).

No campo da teoria e da política mercantilista, a riqueza interessa como fonte de poder do Estado, mas diferenciando-se do pensamento medieval, interessa-se também pela investigação das origens da riqueza e as formas de incrementá-las. Assim, o pensamento mercantilista pode ser considerado o ponto de partida das pesquisas que fundamentaram o pensamento clássico.

As políticas econômicas mercantilistas tem como questão central a conexão entre as políticas monetárias e comerciais. Eles vêem o dinheiro como um fator de produção, que também chamavam de “riqueza artificial”, assim como, a taxa de juros seria a renda baseada no dinheiro. Em oposição, consideravam a terra como “riqueza natural”, de onde origina-se a renda da terra.

Para o importante pensador mercantilista, o filósofo inglês John Locke (1696), esta visão ocasionava a identificação do dinheiro com capital. Para ele, só existiam dois meios para aumentar a massa de dinheiro de um país, a extração das suas próprias minas (que distribuem-se irregularmente pelo mundo), ou obtendo-se por outros países, através da força, do empréstimo ou do comércio. E a riqueza de um país cresceria com a massa de dinheiro existente, que dependia basicamente do comércio exterior, com uma balança comercial superavitária.

Portanto, na concepção mercantilista, como o dinheiro não era produzido pelo Estado e sim uma dádiva da natureza, o único meio para conseguir o aumento do estoque dos meios de pagamento de um país desprovido de minas, seria uma política comercial baseada na promoção do superávit da balança comercial, e no protecionismo, instrumento que visava a proteção da circulação monetária doméstica.

2.2.5 A Escola Clássica

A escola clássica do comércio internacional tem como seus principais economistas David Hume, Adam Smith e David Ricardo. A teoria de Hume foi base do sistema monetário do padrão

ouro. Sua hipótese de *specie flow-price*, foi posteriormente combinada com os princípios do livre-cambismo, por Smith e Ricardo, culminando na formação de uma nova ordem econômica internacional. Gonçalves descreveu como deveria ser essa nova ordem econômica internacional segundo os economistas clássicos:

Esta ordem pretendia ser liberal, politicamente simétrica, impessoal, com mecanismo de ajuste automático, dependendo apenas da flexibilidade dos preços domésticos e do crescimento da produção internacional de ouro para determinar os níveis domésticos de preço e o equilíbrio nas balanças comerciais de todos os países mercantis.

(GONÇALVES; 1998, p. 11)

Hume foi o primeiro economista moderno, e o autor da tese que foi chamada de *specie flow-price hypothesis* (hipótese do preço-fluxo de metais preciosos), que suplantaria os argumentos mercantilistas em defesa do superávit comercial. Nesta hipótese, o superávit comercial levaria a transferência de metais preciosos do país deficitário para o país superavitário, mas esta transferência não ocasionaria o aumento da riqueza de um país, e sim ao aumento do nível doméstico de preços, o que faria com que as exportações desse país ficassem mais caras no resto no mundo, reduzindo sua demanda no exterior. Esta visão de Hume demonstra que são os fatores reais que determinam a prosperidade de uma nação, e não o aumento dos meios circulantes. E que o crescimento do comércio exterior beneficia todas as nações mercantis.

2.2.5.1 Teoria das vantagens absolutas

Adam Smith foi o autor da obra *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, considerada a obra seminal da escola clássica de economia política. Para Smith, a

principal causa da riqueza das nações é o aumento da produtividade do trabalho, devido a divisão do trabalho, que seria resultado da inclinação humana de negociar um produto em troca de outro. E o comércio internacional favorece o aumento do mercado para os produtos domésticos, permitindo o aprofundamento da divisão do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da riqueza das nações (GONÇALVES,1998).

Smith mostrou na teoria das vantagens absolutas que as trocas voluntárias entre os países beneficiavam ambos, sem haver a necessidade de um deles ter excedentes (ou, o outro um déficit). Através do comércio internacional, onde só existe um fator de produção escasso (o trabalho) e os rendimentos de escala são constantes, um país exporta as mercadorias que consegue produzir utilizando menores quantidades de insumo (produz mais barato), e importa as mercadorias que produz utilizando maiores quantidades de insumo, ou seja, que produz mais caro. Assim, pode aumentar a produção das mercadorias que produz com maior eficiência e consumir mais produtos do que seria competente na ausência do comércio internacional. (WILLIAMSON, 1988).

Com David Ricardo, a teoria do comércio internacional chega a seu apogeu na economia política clássica. Para Porter, Ricardo aperfeiçoou a idéia das vantagens absolutas de Smith chegando à vantagem comparativa, “onde as forças de mercado encaminharão os recursos de um país para as indústrias onde esse país é relativamente mais produtivo” (PORTER, 1989, p.11).

Uma nação poderia importar um produto, mesmo que o produzisse a baixo custo, se fosse mais produtiva em outros bens. Então, tanto a vantagem absoluta, como a vantagem relativa são indispensáveis ao comércio internacional. O modelo ricardiano sugere a especialização de cada país na exportação do bem do qual tem vantagens comparativas.

Na teoria ricardiana, o comércio bilateral é mais lucrativo do que a autarquia para duas economias que tenham estruturas de produção diferenciadas. Como para Ricardo os salários no interior de uma economia são iguais, os preços relativos no interior dessa economia dependem

exclusivamente da quantidade de trabalho empregada na produção de cada bem, e não do nível de salário (GONÇALVES,1998).

Porém, é possível compreender as limitações da abordagem das premissas do modelo ricardiano. Primeiramente, só considera o comércio de dois países, com dois produtos. Em segundo, que só existe um fator de produção, o trabalho, que seria perfeitamente móvel no interior da nação e imóvel internacionalmente. Em terceiro, há diferentes tecnologias em diferentes países, o que pode ser uma explicação para diferentes estruturas de preços relativos em países distintos. Em quarto, a balança comercial apresenta-se sempre equilibrada e o custo dos transportes é sempre igual a zero. E por fim, os rendimentos constantes de escala (GONÇALVES,1998).

Entretanto, para Krugman (1999), é muito comum que ocorram idéias confusas e inadequadas a análise da economia internacional, e geralmente três equívocos são mais apontados devido a sua repetição freqüente. E o modelo das vantagens comparativas de Ricardo pode ser usado para mostrar porque eles são errôneos. O primeiro mito é sobre produtividade e competitividade dos países, o segundo é o argumento do empobrecimento do trabalho e o terceiro sobre exploração de algumas nações no comércio internacional.

O primeiro mito citado pelo autor é a questão sobre produtividade e competitividade dos países: “o livre comércio é benéfico somente se o seu país é suficientemente forte para enfrentar a concorrência estrangeira”.(KRUGMAN, 1999, p. 25). O que motiva esse mito é a idéia de que para exportar um bem é necessário que o país apresente vantagens absolutas na produtividade. Contudo, obter vantagens absolutas na produção de um bem sobre outras nações não é condição obrigatória para se obter vantagens comparativas na produção desse bem. Já que as vantagens competitivas apresentadas por uma indústria não dependem exclusivamente da sua produtividade em relação à indústria estrangeira, mas dependem também, do salário local em relação ao salário estrangeiro.

O segundo mito, o argumento do empobrecimento do trabalho, é que “a concorrência estrangeira é desonesta e prejudica outros países quando baseada em salários baixos.” (KRUGMAN, 1999, p. 26). Os defensores desta idéia, argumentam que as indústrias não deveriam competir com indústrias estrangeiras que apesar de apresentarem menor eficiência, pagam salários mais baixos. Porém, para o país que apresenta menor eficiência nas suas indústrias não interessa saber se produz um bem com custo mais baixo devido à alta produtividade, ou por pagar menores salários, o que interessa para este país é obter ganhos com o comércio internacional.

O terceiro mito, o da exploração, é que “o comércio explora um país e o torna pior economicamente se seus trabalhadores recebem salários muito mais baixos que os trabalhadores de outras nações.” (KRUGMAN, 1999, p. 26). Os defensores dessa tese se expressam geralmente de maneira emocional, demonstrando os atemorizantes salários baixos que são pagos a muitos trabalhadores em nível mundial. Contudo, o importante não é questionar se esses trabalhadores teriam direito a receber melhores salários, e sim qual seria a situação econômica destes trabalhadores e de seu país se eles se recusassem a compartilhar desse comércio desigual, baseado na exportação de bens fundamentado em baixos salários. E também qual seria a alternativa pela qual poderiam optar. Em alguns casos, se esses países se negassem a comercializar, isto poderia condená-los a uma pobreza ainda maior.

2.2.6 A Escola Neoclássica

A teoria neoclássica, a chamada teoria pura do comércio internacional, teve como principais formuladores dois economistas suecos, Eli Heckescher e Bertil Ohlin, e o economista norte-americano Paul Samuelson, que deu formato analítico, com o uso de argumentos matemáticos a essa abordagem conhecida atualmente (GONÇALVES,1998).

Com o advento da teoria neoclássica, modificaram-se os métodos de estudos econômicos. A partir destes buscou-se a racionalização e otimização dos recursos escassos. De acordo com os neoclássicos, que defendem a hipótese das expectativas racionais e o pensamento liberal, o homem saberia racionalizar e, portanto, equilibraria seus ganhos e seus gastos. Na escola neoclássica há também o argumento de que um sistema econômico competitivo converge automaticamente para um ponto de equilíbrio, a um nível de pleno emprego dos fatores de produção. E a principal preocupação dos neoclássicos é o funcionamento de mercado e como se chegar ao pleno emprego dos fatores de produção baseada no pensamento liberal.

Na teoria neoclássica, a constituição do conceito de produto de equilíbrio, como resultado do livre jogo das forças econômicas (oferta e demanda), é uma hipótese do sistema econômico que se funda na lógica do mercado, e por isso é apropriado para o emprego na interpretação do sistema capitalista. A inserção no mercado internacional dos países em desenvolvimento se fundamenta neste arcabouço teórico na perspectiva neoclássica.

Devido a constância de alguns parâmetros, tais como tecnologia, preferências, distribuição familiar das dotações de fatores, ou flexibilização de preços e salários, a posição nocional de equilíbrio geral se torna um centro de gravidade mediante modificações nos preços que vão promovendo reposicionamento dos agentes na forma individual da aquisição, produção e vendas (CANUTO,1994).

A produção está sempre em seu nível máximo porque os agentes econômicos adotam um comportamento que visa a maximização das necessidades. E os agentes não criam opções, tomam decisões baseadas em todo o conjunto de informações que dispõem, escolhendo suas estratégias de ação segundo as expectativas que formam em condições de certeza ou risco calculado. Os processos produtivos apresentam suficiente flexibilidade para que seja feita uma análise das diversas opções entre a melhor alocação de recursos.

O modelo neoclássico reconhece que a tecnologia é um bem livre; a flexibilidade perfeita dos processos produtivos impede qualquer ganho extra pela diferença de custos; os mercados de capitais são perfeitamente competitivos o que facilita qualquer volume de financiamento (CANUTO, 1994).

A teoria neoclássica procura mostrar que a persistência do subdesenvolvimento e as diferenças na inserção externa dos países de industrialização tardia são resultados dos mercados de fatores e produtos, que notadamente nos países em desenvolvimento são distorcidas e ineficientes. E o principal fonte das imperfeições citadas é a intervenção do governo na economia, intervenção que busca, sobretudo a rápida promoção da alocação eficiente de recursos através da eliminação das divergências entre os preços de mercado e os preços sociais.

Segundo a teoria neoclássica, a proteção deveria ser diminuída e racionalizada, os controles de importações removidos, a taxa de câmbio mantida próxima do equilíbrio e o livre jogo das forças de mercado estimulado. O que resultaria em um aumento da competição entre as firmas nacionais e estrangeiras em favor de uma melhor eficiência produtiva.

A teoria neoclássica mostra que a economia é estável por natureza, em trajetória de longo prazo. E as más intervenções dos formuladores de políticas econômicas interferem na estabilidade estrutural da economia, produzindo altos custos sociais. Para os novos clássicos a política pública deveria ser passiva em relação ao equilíbrio macroeconômico.

2.2.6.1 A Crítica Estruturalista

Os modelos neoclássicos de Heckscher-Ohlin e Samuelson foram revisados pela escola estruturalista, que demonstraram que esses modelos representavam uma abstração e não representavam a realidade econômica, e as relações comerciais internacionais entre os países centrais e periféricos eram assinalados pela desigualdade dos ganhos do comércio.

Contrariando a teoria neoclássica, para os estruturalistas o estado deveria ser o principal indutor do desenvolvimento, já que a periferia (por causa de suas características estruturais), não respondia ao livre jogo das forças de mercado. Então, as políticas estatais teriam o importante papel de corrigir essas imperfeições que proporcionavam ganhos assimétricos no mercado internacional, e não somente as leis do mercado.

Segundo Prebisch (1967), um ponto de divergência com a escola neoclássica são as assimetrias nas relações internacionais. As diferenças na estrutura produtiva entre os países centrais e os periféricos provocam o afastamento dos níveis de produtividade e renda entre um pólo e outro na economia mundial.

Se as premissas da teoria neoclássica sobre a melhoria dos termos de troca entre o centro e a periferia estivessem corretas, ocorreria a igualação da renda dos diversos países, devido ao progresso técnico alcançado pelos países periféricos (RODRIGUEZ, 1981).

Para Prebisch (1951), no modelo de Heckscher-Ohlin do comércio internacional, inexistia a preocupação com os termos de intercâmbio entre pólos defendidos da economia mundial. E os estudos empíricos contidos em documentos da CEPAL mostram que estes termos evoluíram desfavoravelmente à periferia.

Os principais pontos de sustentação da crítica estruturalista aos neoclássicos foram: baixa elasticidade – preço dos produtos primários como resultado de um efeito da concorrência intensa entre os países fornecedores, bastante próxima de estrutura perfeitamente competitiva; baixa elasticidade renda da maior parte dos produtos primários sujeitas à influência da lei de Engels sobre comportamento da procura de bens inferiores; retração da procura de inúmeras matérias-primas de exportação como resultado da fabricação de sintéticos e a redução de insumo por quantidade produzida de produto final; baixo valor adicionado dos produtos primários quando

comparado com os produtos industrializados; estruturas de mercados atomizadas das commodities primárias (RODRIGUEZ, 1981).

Os estruturalistas também diziam que a produção primária era a principal atividade periférica, de maior eficiência relativa, porém esta atividade não condizia com as informações fornecidas pelos sistemas de preços, já que não induziam a maximização da renda e do bem estar. Portanto, os pressupostos neoclássicos de máxima eficiência e pleno emprego dos fatores produtivos parecia esbarrar em condições estruturais de funcionamento do sistema centro-periferia. A inclusão no mercado internacional fundamentada pelas exportações de produtos primários deveria ser contida pelo Estado, e nela incluída uma estratégia de industrialização.

Então, para os estruturalistas, já que o livre jogo das forças de mercado não produzia benefícios para os países periféricos e tampouco o livre comércio estimularia o desenvolvimento de setores dinâmicos, a saída era a intervenção estatal promovendo o processo de industrialização tardia calçada na proteção das indústrias infantis, caracterizando uma estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado externo. Contrariando as premissas neoclássicas.

2.2.7 A Escola Estruturalista

A escola estruturalista tem sua teoria fundamentada na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão de formulações e estratégias de desenvolvimento econômico, que destacou-se no cenário intelectual nas décadas de 50 e 60 por meio da defesa sistemática da industrialização dos países periféricos.

A economia política cepalina era o principal conjunto de formulações e arcabouço teórico, nela estavam contidas as principais recomendações de política econômica feitas pela CEPAL aos países da periferia dada à existência dos pertinentes problemas estruturais que motivaram o avanço de contribuições teóricas da instituição, com destaque para uma planificação dos investimentos e a prática de políticas protecionistas.

Inicialmente, o norte da escola estruturalista foi perseguir uma defesa de que os países da periferia deveriam acelerar sua trajetória na direção da industrialização, esta permitiria assim como nos países centrais, uma inserção mais dinâmica propiciando a população se apropriar em grande quantidade, dos frutos do progresso técnico, traduzidos em melhor qualidade de vida. Para a escola estruturalista os países industrializados do centro se apropriam do progresso técnico da periferia, demonstrando as diferenças das condições de desenvolvimento (RODRIGUEZ, 1981).

Portanto, os países periféricos só alcançariam uma melhor posição no comércio internacional quando na sua pauta de exportações não fosse mais observada a deterioração dos termos de troca, ou seja, o valor (preço) de uma cesta de mercadorias em termos de outra, assim um declínio nas relações de troca indica que uma dada quantidade dessa mercadoria pode comprar apenas quantidades menores de alguma outra cesta, que comprava anteriormente. O fracasso das exportações em estimular o crescimento por causa do declínio nessas relações assimétricas entre os bens primários e manufaturados comprometia os ganhos de comércio da periferia (RODRIGUEZ, 1981).

Os grandes benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia, da forma como desfrutou a população dos países centrais. Por isso, observa-se a presença de acentuadas diferenças nos padrões de vida entre as regiões centrais e a periferia, assim como, as diferenças nas forças de capitalização e ganhos de produtividade (PREBISCH, 1949).

Os problemas estruturais da periferia seriam reforçados pela persistência das relações assimétricas dentro da concepção centro-periferia, e na interpretação dos estruturalistas a saída seria a industrialização da periferia, nesse sentido estava justificada uma intervenção estatal capaz de liderar o processo, calçada em políticas protecionistas as indústrias nascentes.

Os estruturalistas perseguiram estratégias que visavam poupar as indústrias infantis da concorrência externa, como forma de incentivar uma maturação de seus estágios para aumento de produtividade, através de políticas comerciais de sobretaxas as importações correspondentes a cada estágio do processo de industrialização de importações.

Contudo, o mercado interno ganhava força e passou a ser visto como o componente principal da demanda agregada da economia. Esta estratégia de desenvolvimento voltada para dentro teve suas bases alicerçadas num processo que progride à medida que ocorrem mudanças na composição das importações. Primeiramente, os setores de bens de consumo são incentivados e taxam-se os bens de consumo importados, incentivando-se os bens supérfluos importados e não os produzidos internamente. Assim que aumenta a produção de bens de consumo, muda-se a composição das importações e o processo da substituição de importações avança.

Também foram considerados pelos estruturalistas os problemas estruturais como o déficit em conta corrente durante o processo de substituição de importações. Normalmente o coeficiente de importação (a relação entre o total de importações e o PIB) cai à medida que a substituição de importações procede, embora isso não resulte nem numa redução em seu valor absoluto e nem na quantidade de importações. Também pode acontecer que exista algum limite máximo de importações, devido a fatores como os dotes naturais do país, seu tamanho, nível de atividade e sua taxa de crescimento.

À medida que o processo de substituição de importações avança, ocorre a implantação de indústrias de bens de consumo e então, em princípio passa para bens intermediários e finalmente para bens de capital. Então, quando a produção de bens de consumo aumenta, muda a composição das importações de mercadorias, as importações de bens de consumo perdem sua importância, enquanto as de maquinaria, equipamentos, matérias-primas, outros insumos e

combustível vão se tornando mais significativas. Convertem-se as importações de bens “não essenciais” em importações essenciais necessárias a manutenção da produção e do emprego interno.

Portanto, a substituição de importações provoca o aumento do valor agregado das importações, e qualquer declínio no produto das exportações não contrabalançado por uma entrada líquida de capital estrangeiro conduz a uma redução forçada das importações e à recessão industrial. Portanto, a economia se torna mais dependente do comércio exterior e mais vulnerável a flutuações na receita de moeda estrangeira. Então, em vez de diminuir a dependência externa, o efeito causado pela substituição de importações foi o contrário, o de aumento da dependência dos países periféricos aos mais desenvolvidos.

Deste modo, é possível que o maior problema enfrentado pela substituição de importações tenha sido sua incapacidade evidente de, em longo prazo, sustentar uma taxa de crescimento do PIB em excesso ao crescimento na capacidade de importar (COLMAN; NIXSON, 1981).

2.2.7.1 Crítica Neoclássica

Os neoclássicos, que têm em Krueger e Balassa alguns dos seus principais expoentes, tecem algumas críticas específicas em relação ao regime de substituição de importações defendido pelos estruturalistas da década de 50. De acordo com esta visão ortodoxa, a concessão de subsídios e a proteção à indústria doméstica teriam distorcido o funcionamento do mercado, ocasionando vieses, setorial e de mercado.

O viés setorial teria surgido pela determinação de uma estrutura de incentivos às indústrias diferente daquela que teria prevalecido em caso de respeito ao livre comércio. Estes

incentivos teriam sido incompatíveis com a dotação de recursos da economia, promovendo atividades industriais que não refletiam as vantagens comparativas do país (BALASSA, 1982).

O viés de mercado, por sua vez, originava-se da utilização de mecanismos protecionistas contra importações (via proteção tarifária ou não tarifária, cotas e controles técnico-administrativos), o que, juntamente com a adoção de uma taxa de câmbio sobre-valorizada, teria prejudicado as atividades exportadoras, levando a um desenvolvimento da indústria voltado para dentro. Ao guiar-se somente pelo mercado interno, as empresas teriam se tornado ineficientes, com reduzida produtividade, tendo deixado de aproveitar os ganhos de escala e especialização provenientes do comércio internacional. A ausência de abertura comercial teria eliminado o fator concorrência, e assim, em meio a um mercado interno atrofiado, tornando as empresas acomodadas, levando ao estabelecimento de estruturas oligopólicas de produção (BALASSA, 1982).

Em muitos casos, a adoção desta estratégia exigiu a imposição de medidas drásticas de proteção ao comércio como as citadas acima para superar as limitações inerentes a produção para um mercado em geral pequeno. Tais políticas em muitos casos levaram a subestimar a importância do setor agrícola, negligência esta que acarretou sérios estrangulamentos no desenvolvimento de vários países.

A tendência também foi de desestímulo as indústrias exportadoras, uma vez que estas pagariam preços mais altos do que seus concorrentes internacionais, dado que estes adquiriam o produto importado, enquanto as indústrias exportadoras o similar nacional (de preço mais alto), além disso, sofriam com taxas de câmbio valorizadas em relação aos que seriam no caso do comércio livre.

A visão neoclássica procura ainda inverter o raciocínio desenvolvimentista segundo o qual a intervenção governamental seria necessária para solucionar as crises estruturais do balanço

de pagamentos, argumentando que tais crises são ocasionadas pela iniciativa do governo em comprimir as importações, enfraquecendo ao mesmo tempo as exportações.

A intervenção do governo teria causado, além dos problemas anteriormente citados, distorções no mercado de fatores. A adoção de baixas taxas de juros para a promoção da industrialização substitutiva de importações incentivava a utilização de técnicas intensivas em capital, incompatíveis com a necessidade de absorção de uma mão-de-obra abundante, e ao mesmo tempo atrofiava o sistema financeiro, na medida em que provocava a fuga de capitais e de grandes poupadores (KRUGUER, 1985)

Os males causados pela intervenção governamental, de acordo com o pensamento ortodoxo, teriam se manifestado ainda no mercado de trabalho através da adoção de uma postura populista ao estabelecer salários bem acima da produtividade do trabalho, diminuindo a competitividade das exportações industriais (KRUGUER, 1985).

Na verdade, a visão ortodoxa procura mostrar que os países da América Latina permitiram, através da implementação da estratégia de industrialização substitutiva de importações, que suas indústrias se escondessem atrás das altas tarifas de proteção impostas às importações. Este mecanismo teria levado a um crescimento inicial, mas que, no entanto, não teria durado muito mais tempo do que o necessário para o “esgotamento” de um mercado interno atrofiado. O objetivo de proteger a indústria nascente teria criado um ambiente que não estimulava a promoção das inovações administrativas e tecnológicas das empresas. Os lucros resultantes teriam sido construídos graças à atividade ineficiente de empresas domésticas (BALASSA, 1982; KRUGUER, 1985)

A partir das críticas acima expostas, a visão neoclássica ortodoxa acredita ter descoberto as verdadeiras causas do fracasso industrial e macroeconômico de vários países de industrialização tardia, como Brasil e México. Ao mesmo tempo em que identificam na adoção

desta proposta de industrialização o erro maior destes países, os teóricos neoclássicos entendem que o sucesso dos tigres asiáticos foi resultado da adoção de um regime totalmente oposto: o regime de promoção às exportações (BALASSA, 1978)

Segundo a argumentação ortodoxa, ao contrário da proposta de ISI, o regime de incentivo às exportações tem como objetivo estimular a formação de um parque industrial em meio a um clima de maior competição.

De acordo com Suzuki (1975), um representante do pensamento ortodoxo, a adoção do regime de promoção às exportações não significa, necessariamente, que toda a, ou grande parte da, produção industrial tenha obrigatoriamente que se destinar ao mercado externo. A exportação somente se torna possível se o preço do produto em questão for competitivo em relação aos produtos estrangeiros. Sendo assim, o regime de promoção às exortações objetiva o fortalecimento da competitividade da indústria, o que lhe permite fornecer produtos tanto para o mercado externo quanto para o interno, sem preferência em relação a uma das duas opções (neutralidade em termos de mercado).

Segundo a argumentação ortodoxa, o desempenho bem-sucedido dos países do Leste Asiático possui relação com o papel reduzido do Estado. A intervenção estatal nestes países teria sido mínima e sobretudo funcional, objetivando a redução de alguns obstáculos como: falha de mercado nas áreas tecnológica, de capital humano e infra-estrutura — que dificultavam o desenvolvimento industrial, além da manutenção de uma estabilidade macroeconômica capaz de tornar viáveis os investimentos de longo prazo (BALASSA, 1983)

Consistente com a estratégia de promoção às exportações, a taxa de câmbio teria sido mantida em um nível realista, o que tornou possível a importação de insumos, a preços de mercado, para a produção destinada à exportação. Tendo estas condições como base, os

exportadores não teriam incorrido em custos que os prejudicasse na competição do mercado internacional.

Segundo esta explicação neoclássica, como complemento, teriam sido eliminadas todas as rigidezes estruturais do mercado de trabalho, facilitando a dinâmica da relação entre oferta e demanda de trabalho, permitindo que o salário acompanhasse o ritmo de crescimento da produtividade, aumentando a competitividade das exportações industriais.

Tendo como ambiente um regime próximo do nível ideal de *laissez-faire*, acreditam os ortodoxos, que a alocação de recursos na economia tenha sido maximizada. Além disso, ao contrário dos países adeptos do regime de substituição de importações, onde as restrições em relação às importações e a discriminação das exportações criavam problemas de balança de pagamentos, as experiências bem-sucedidas do Leste Asiático demonstraram que a adoção de uma política de incentivo às exportações conseguiu eliminar o problema de crises cambiais freqüentes. Por fim, os ortodoxos chamam ainda atenção para a série de benefícios que a adoção de uma política de incentivo à inserção da economia no comércio internacional teria levado às empresas: em meio à abertura comercial e à pressão concorrencial decorrente, elas seriam pressionadas a cortar custos e aumentar a produtividade, evitando portanto o desperdício de recursos.

Mais do que apontar o regime de promoção às exportações como sendo a fórmula do sucesso utilizada pelos países do Leste Asiático, a corrente neoclássica procura mostrar que este bom desempenho prova a relação de causalidade entre abertura comercial— *laissez-faire* — crescimento econômico.

2.2.8 A Escola Alternativa

Os economistas desenvolvimentistas da escola alternativa realizaram estudos empíricos na década de 80, visando identificar em que medida a presença maciça do estado teria influenciado

no sucesso das economias do Sudeste Asiático quando comparadas com as economias da América Latina, conforme as variantes pregadas pela “nova ortodoxia”.

Para Ram (1986), baseado numa amostra de mais de cem países, as variáveis dimensões do governo e crescimento econômico apresentaram muitas vezes correlação positiva, porém essas relações não são tão óbvias como acreditavam os neoclássicos.

A corrente alternativa ressalta principalmente a importância do papel do Estado no bom desempenho dos países do leste asiático. E as diferenças do desempenho macroeconômico entre a América Latina e o leste asiático se encontra na autonomia e capacidade de imposição de políticas industriais formulada em cada um dos casos, de acordo com suas especificidades socioculturais, políticas, entre outras, divergindo do pensamento neoclássico.

A abordagem alternativa acredita que a intervenção estatal no processo de industrialização do Leste Asiático teria sido voltada à correção de falhas de mercado, presentes devido ao processo de abertura comercial. De acordo com a abordagem, a intervenção governamental além de funcional, deveria ser sobretudo seletiva, objetivando a solução de falhas de mercado relativas à industrialização. Para Moreira, nos países de industrialização tardia, a existência de falhas de mercado justifica a necessidade de intervenção do governo.

Para a corrente alternativa há também a necessidade de intervenção governamental em relação ao mercado de produtos, devido a presença de fatores dinâmicos (aprendizado e diferenciação dos produtos) e estáticos (economias de escala, escopo e internacionalização), assim como as externalidades, que comprometem as atividades das empresas. Estas empresas integrantes de uma indústria retardatária necessitam adquirir capacidade tecnológica, demandando os caros e arriscados investimentos em desenvolvimento tecnológico. Além de encontrarem um mercado dominado por empresas maiores e com alto grau de diversificação produtiva.

Portanto, há necessidade de proteger a indústria nacional por meio de uma política de auxílio que seja: seletiva em relação aos fatores (em função das diferentes falhas de mercado para cada um deles); neutra em relação ao mercado, condicionando a proteção principalmente ao desempenho exportador; e também seletiva em relação as empresas, com o objetivo de não beneficiar as filiais de multinacionais, estas que já gozam de vantagens dinâmicas e estáticas das matrizes.

A abordagem alternativa analisou também as falhas de mercados de fatores, caracterizadas pelos gargalos no mercado financeiro, de capital humano e tecnológico que colaboram para dificultar o desenvolvimento industrial dos países de industrialização tardia. Havia necessidade de investimentos para financiar o processo de aprendizado e capacitação tecnológica das empresas nascentes e para a ampliação da capacidade produtiva das mesmas, pois não era satisfeita devido a um mercado de capitais deficiente e um reduzido nível de renda.

Quanto ao mercado de capital humano, caberia ao governo aplicar recursos para preparar melhor a força de trabalho, constituindo assim uma base para o desenvolvimento de qualificações industriais. E quanto ao mercado de tecnologia, por esse não ser uma “mercadoria” perfeitamente comercializável, o governo deveria investir em infra-estrutura de C&T, incentivos fiscais a P&D a fim de acelerar a capacidade tecnológica (AMESDEN, 1988; MOREIRA, 1995).

Logo, a abordagem alternativa procura mostrar que o argumento do *laissez-faire* que assumem mercados perfeitamente competitivos é falho, já que existem falhas de mercado. Como o regime de *laissez-faire* não é capaz de resolvê-las, o governo assume o importante papel de solucionador destes problemas.

2.2.9 A Hipótese da Inserção Regressiva

Nesta seção discute-se a hipótese da inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio. Esta hipótese abrange a perda de competitividade internacional da indústria brasileira e o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora. Será debatido também dois importantes argumentos, o primeiro é de que a inserção regressiva do Brasil ainda não foi maior por causa da participação brasileira no Mercosul; o segundo argumento é que o fraco desempenho apresentado pela indústria nacional deriva das condições desfavoráveis pelo lado da oferta, enquanto que pelo lado da demanda, a restrição de acesso ao mercado mundial tem tido uma pequena relevância (GONÇALVES, 2001).

Para Gonçalves (2001), o Brasil perde competitividade internacional desde 1995, e esta perda não foi maior devido aos efeitos positivos do Mercosul, pois analisando o comércio extra-Mercosul, os resultados da perda de competitividade internacional dos produtos da pauta de exportação brasileira são bem maiores. Enquanto ocorreu uma expressiva redução de competitividade das exportações do setor de manufaturados e básicos (como os minérios), houve um aumento da competitividade internacional dos produtos do setor agrícola exportados pelo país.

Tais fatos confirmam o argumento acerca da “reprimarização” do comércio internacional brasileiro. Para Gonçalves (2001), este fenômeno pode ser analisado sob dois aspectos: “ O primeiro reflete a perda de competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. O segundo expressa a mudança da estrutura de exportações com a maior participação relativa dos produtos agrícolas e a menor participação dos manufaturados.”.

Entretanto, os ganhos de competitividade internacional ocasionados pela expansão de produtos agrícolas estão sujeitos a uma incerteza crítica com relação à evolução da balança

comercial e ao processo de ajuste das contas externas, já que as mercadorias agrícolas apresentam uma tendência de perda de posição relativa no mercado de bens e menor dinamismo em relação ao crescimento da demanda mundial. E os ganhos auferidos pelo Brasil no mercado mundial de produtos agrícolas ocorreu, principalmente, pela elevação dos preços desses produtos no mercado mundial, apesar desses preços estarem sujeitos a uma maior volatilidade no mercado internacional (GONÇALVES, 2001).

E a reprimarização ocorrida nos últimos anos aparenta ser uma reversão da tendência de longo prazo experimentada pelo Brasil, ou seja, há uma regressão do padrão de inserção do país no sistema mundial de comércio. Esta regressão ocasionou também a perda de competitividade internacional e de dinamismo das exportações brasileiras de manufaturados, que ocorreu devido à apreciação cambial e às taxas de investimento desde 1995. As exportações defrontaram-se com uma maior rigidez da oferta de manufaturados, a partir do momento que ocorreu um desarranjo do aparelho produtivo (GONÇALVES, 2001).

Portanto, observa-se que o problema brasileiro quanto ao desempenho da exportação de bens manufaturados, não deriva do lado da demanda mundial, mas principalmente pelas condições desfavoráveis, pelo lado da oferta brasileira.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é oferecer uma descrição de como se realizará a análise do setor exportador paraense na dinâmica do comércio internacional.

Visando alcançar os objetivos propostos de analisar a inserção dos setores exportadores deste trabalho se fará uso de indicadores quantitativos adequados e desenvolvidos por metodologia da Cepal, com o propósito de medir em essência a dinâmica de inserção, destacando os pormenores e a heterogeneidade.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

A análise do dinamismo das exportações do Pará tem o intuito principal em análise econômica, de demonstrar a posição competitiva de seus setores exportadores a partir de suas estratégias de inserção no comércio internacional. A comparação do dinamismo externo desse Estado é proposital, pois o setor externo sempre foi um componente importante da demanda agregada.

A estrutura das exportações do Pará será analisada a partir da matriz de competitividade e especialização destacando: as variações na participação de mercado de um setor ou grupo de setores; as modificações na importância das importações mundiais. Portanto, as modificações do padrão do comércio internacional determina em grande medida a competitividade.

Outro importante elemento da análise em que os resultados foram interpretados diz respeito, ao posicionamento do Pará nos mercados mundiais a partir de quatro conceitos de setores em que compõem a estrutura exportadora desse Estado, a saber: setores ótimos; oportunidades perdidas; setores em declínio e setores em retrocesso que serão definidos no capítulo metodologia. As exportações desse Estado foram direcionadas ao mercado importador descrito pelo quadro-1 a seguir.

Nesse sentido, as exportações do Pará foram destinadas para um grupo principal de 29 países, que integram 6 principais Blocos Econômicos, compondo o mercado importador mundial e as mudanças na estrutura de demanda internacional também são dadas pelos blocos descritos no quadro-1. A análise do dinamismo do Pará se fará com base no crescimento da demanda internacional para aqueles setores mais competitivos assim como os ganhos e perdas de mercado no período analisado para esse Estado.

Quadro 1 – Descrição do mercado importador para as exportações do Pará 2004-2005.

Principais Blocos Econômicos de Destino
União Européia – EU
Ásia (exclusive Oriente Médio)
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)
Associação Européias de Livre Comércio - AELC
Canadá
Demais Blocos

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – SECEX

3.2 FONTE DOS DADOS

A análise do dinamismo internacional mediante um indicador que enfoque o critério de participação do mercado foi feita através do Sistema Radar Comercial, desenvolvido pela Secretaria de Comércio Exterior, que tem como principal objetivo auxiliar na seleção de mercados e produtos que apresentam maior potencialidade para o incremento das exportações brasileiras (MDIC, 2007).

Através de um sistema de busca de dados estatísticos, o Sistema permite a identificação de oportunidades comerciais – produtos ao nível de seis dígitos do Sistema Harmonizado (SH-6) – em um universo de mais de 60 países, que representam cerca de 92% do comércio internacional. O Sistema Radar Comercial permite o acesso a dados e análises que facilitam a seleção de mercados e produtos para a inserção no mercado internacional. Os dados e análises

disponíveis no Sistema são relatados por triênio, a fim de demonstrar as tendências mercadológicas e evitar sazonalidades (MDIC, 2007).

3.2.1 Ajuste dos dados

Os dados sobre valores e quantidades das exportações do Brasil e do Estado do Pará abrangem o triênio 2003-2005, a fim de compreender o processo de inserção externa no período mais recente disponível. As estruturas exportadoras são classificadas através de códigos usando-se vários sistemas numéricos de dígitos, quanto maior for à escala de dígitos igual também será o grau de especificação do produto. Nesse sentido, um ou dois números do dígito representam dados extremamente agregados, estes esquemas de códigos são revisados ocasionalmente e permite inferir melhores conclusões com maior nível de especificidades.

Neste estudo, para a análise da inserção externa da Pauta de Exportação do Pará utilizou-se a codificação do Sistema Harmonizado, de seis dígitos, ou seja, da forma mais desagregada permitida pelo Sistema de codificação, como demonstrado a seguir:

Sistema Harmonizado (SH)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior , o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, ou simplesmente Sistema Harmonizado (SH) é um método internacional de classificação de mercadorias, fundamentado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições.

O Objetivo da criação do Sistema Harmonizado foi a promoção do desenvolvimento do Comércio Internacional, bem como aprimoramento da coleta, da comparação e análise das estatísticas, principalmente as relativas ao comércio exterior. Ao mesmo tempo, o SH facilita as negociações comerciais internacionais, a elaboração das tarifas de fretes e das estatísticas

relativas aos diferentes meios de transporte de mercadorias e de outras informações utilizadas pelos diversos intervenientes no comércio internacional.

A composição dos códigos do SH, formado por seis dígitos, permite que sejam atendidas as especificidades dos produtos, tais como origem, matéria constitutiva e aplicação, em um ordenamento numérico lógico, crescente e de acordo com o nível de sofisticação das mercadorias.

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Com o propósito de contribuir para a análise da competitividade internacional mediante indicadores econômicos que identifiquem a participação de cada país no cenário internacional, a CEPAL elaborou uma metodologia própria denominada Análise da Competitividade dos países (CAN).

O objetivo do CAN é ofertar elementos para análise do dinamismo internacional das exportações mundiais em mercados selecionados, oferecendo um enfoque global detalhado por setores e produtos específicos no comércio mundial. A situação competitiva de um país ou região diz respeito a setores exportadores nos quais ele ganha ou perde participação de mercado e qual a sua capacidade de detectar especializar-se em setores com demanda internacional crescente (CEPAL, 2002).

A metodologia do CAN se baseia na evolução do nível de penetração e participação nos mercados dos países no âmbito do comércio específico (demanda externa). Nesse sentido a competitividade se vincula a participação de mercado de um país num setor específico do comércio mundial. A competitividade global do país descreve sua participação total no comércio internacional e é vista como o produto da competitividade e o crescimento de todos os setores em seu conjunto (CEPAL, 2002).

Segundo Mandeng (1991) as oportunidades de mercado dependem evidentemente na forma pela qual um país pode atender o mercado. A qualidade de sua inserção externa e o ganhos dele proveniente dependam em última instância de como o país acata as transformações dinâmicas nas estruturas de mercado.

Desde uma perspectiva de médio e longo prazo, a competitividade consiste na capacidade de um país para sustentar e expandir sua participação nos mercados internacionais, e elevar simultaneamente o nível de vida da sua população. Isto exige o incremento da produtividade e incorporação do progresso técnico (FAJNZYLBER, 1991).

Esta metodologia mede a participação global de uma região no comércio internacional visando identificar a evolução de mercado como função de fatores estruturais e competitivos, combinando-se elementos de análise da participação de mercado. A medição da competitividade através de indicadores de participação constante de mercado e grau de evolução, forma parte do conceito CAN desenvolvido pela CEPAL com uma ampla base de dados e com componentes metodológicos e analíticos.

A medição do dinamismo permite analisar tanto o mercado de importações como o de exportações em várias demandas internacionais, a saber, (OCDE, Norte-americano, Europa Ocidental, Japão e América Latina) em relação as suas importações de bens. Como se pode apreciar se fará uso do mercado importador dos países industrializados, permitindo maior objetividade da análise comparativa, pois, esta intrínseca a hipótese de serem estes mercados os maiores demandantes dos produtos brasileiros, e conseqüentemente paraenses (CEPAL, 2002).

A análise da CEPAL utiliza três elementos cruciais para determinar a dinâmica da posição competitiva das exportações de um país ou região, a saber: a mudança na estrutura de exportações de um país; a mudança na participação de mercado de um determinado setor (ou grupo de setores) de um país em relação a um mercado importador específico do mesmo setor ou

grupo de setores e a mudança na importância das importações mundiais do mesmo setor em relação ao mercado internacional considerado.

Estima-se que a combinação das mudanças nas estruturas comerciais de um país com as modificações do padrão de mercado internacional determinam em grande medida os modelos de comércio e competitividade. O CAN descreve como as nações enfocam a competitividade com relação às mudanças estruturais do mercado e nesse sentido se apresentam comprovações de que, em proporção importante, as modalidades de competitividade e especialização estão determinadas pelo crescimento do mercado (MANDENG, 1991)

3.3.1 Matriz de Competitividade

A matriz de competitividade como apresentada pela CEPAL, no CAN, é uma representação da possibilidade de dinamismo das exportações de um país que surge ao se relacionar à dinâmica da estrutura exportadora desse país com a do comércio internacional, revelando os resultados através de quatro quadrantes apontando a combinação específica da posição competitiva de um país (CEPAL, 2002).

A metodologia da CEPAL, permite ainda, a classificação das estruturas exportadoras dos países num grupo de quatro indicadores, de acordo com oferta e demanda. Caso o país esteja ganhando participação num mercado de um produto cuja demanda é crescente, este setor será considerado “ótimo”. Os setores em “declínio”, diz respeito ao ganho de mercado em relação a produtos com demanda decrescente. A classificação em oportunidades perdidas caracteriza a perda de participação em mercado de produtos com demanda internacional crescente e por último, os setores em retrocesso ocorrem quando um país perde participação em determinados produtos, cuja demanda internacional é decrescente.

As exportações do país são classificadas em quatro setores e o seu dinamismo surge da análise da estrutura exportadora nacional (país ou região) com o comércio internacional. Compreende quatro situações distintas, determinadas, de uma parte pela participação de mercado (contribuição ou especialização) e, de outra pela contribuição do setor ao total das importações do mercado internacional considerado.

A matriz de competitividade avalia a dinâmica exportadora correspondente a uma inserção num determinado instante de tempo, captando alterações de curto prazo que explicam as tendências do setor exportador do país. As mudanças na composição dos setores indicam ganhos ou perdas de mercados para produtos dinâmicos ou estagnados, essas alterações ocorrem em conjunto com as mudanças internacionais dos mercados (demanda e oferta) e explicam a competitividade setorial.

A possibilidade de dinamismo das exportações dos países esta expressa de acordo com a classificação anterior e a matriz resume sua posição em determinado ponto no tempo. Assim, um país melhora sua inserção externa na medida em que concentra suas exportações em setores com elevada demanda externa e a perpetuação da competitividade nesses setores dependerá da manutenção ou aumento dos ganhos de mercados, a figura-1 a seguir faz um resumo da matriz de competitividade que irá ser trabalhada para o Pará.

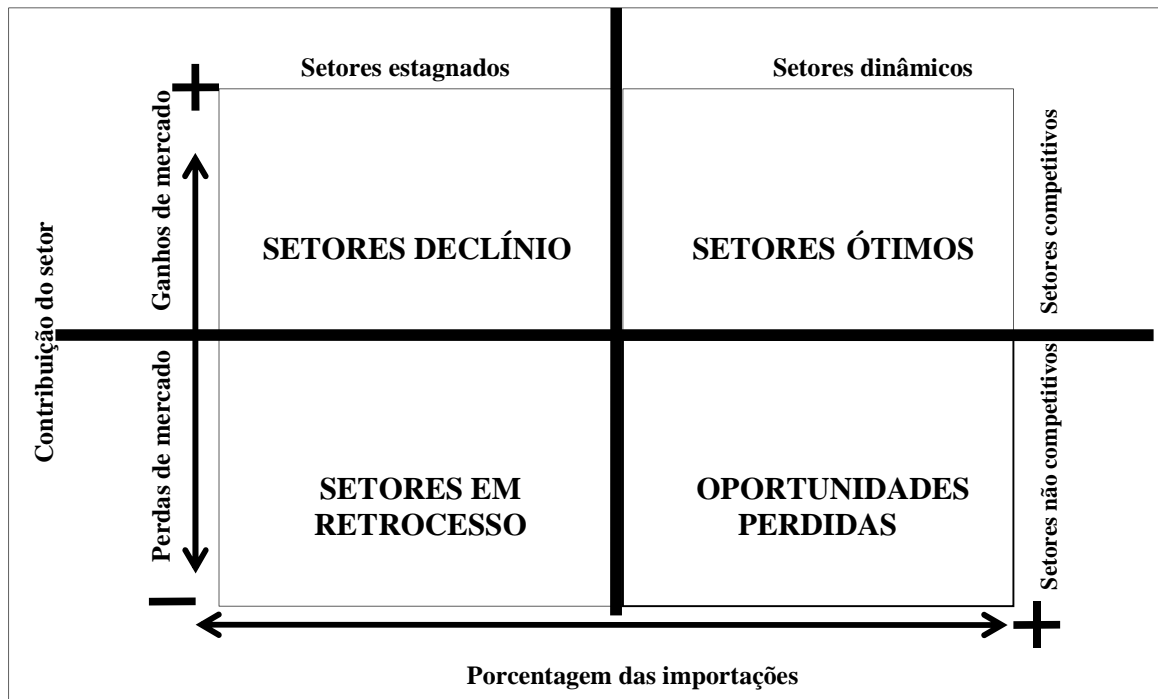


Figura-1 MATRIZ DE COMPETITIVIDADE

Fonte: Adaptado a partir de metodologia da CEPAL, Santiago do Chile 1995.

Cada quadrante da matriz de competitividade mostra uma combinação específica de dinamismo do comércio exterior do país analisado e a atração do mercado internacional. Os parâmetros do eixo horizontal se relacionam com o mercado internacional e configuram dois grupos distintos segundo a evolução da importância setorial nas importações totais do mercado internacional considerado, aqui se trabalhará com a demanda dos países industrializados. O eixo horizontal também mostra a evolução da participação por grupo. Definem-se, segundo a CEPAL, como dinâmicos os setores cuja importância relativa no total importado pelo mercado em questão se eleva ao longo do período e os não dinâmicos são os setores cuja importância diminui no total das importações do mercado adotado.

No eixo vertical se relaciona com o dinamismo competitivo do país, ou seja, a evolução de sua participação. Podem referir-se aos parâmetros participação de mercado, contribuição e

especialização. Caso se considere como exemplo o parâmetro participação de mercado, os setores nos quais o país ganha participação de mercado se classificam como competitivos e aqueles que o país perde participação se classificam como não competitivo.

3.3.1.1 Indicadores da Matriz de Competitividade

A análise do dinamismo dos setores exportadores do Pará no mercado internacional se fará através de indicadores econômicos. Os seis indicadores básicos do TradeCAN que permitem as análises, são:

1. Participação Global de Mercado: representa a participação de um país no total das importações dos países demandantes;

2. Participação de Mercado: corresponde a participação de um país num produto determinado nas importações de mercados selecionados;

3. Contribuição: mede a contribuição de um produto nas exportações totais de um país;

4. Contribuição do setor: mede a contribuição de um produto nas importações totais dos mercados selecionados;

5. Especialização: compara a participação com respeito à contribuição do setor, equivale ao conceito de vantagem comparativa revelada; em outras palavras representa a evolução da importância relativa de um grupo de produtos para um país na evolução da estrutura das importações dos países e mercados selecionados.

6. Participação relativa: compara a participação de mercado de um país em relação a outro.

Os indicadores se obtêm da seguinte maneira:

Participação Global de Mercado: $M_j / M * 100$

Participação de Mercado: $M_{ij} / M_i * 100$

Contribuição: $M_{ij} / M_j * 100$ **Contribuição do setor:** $M_i / M_j * 100$

Especialização: (iii) / (iv) = $(M_{ij} * M) / (M_j * M_i)$

Participação relativa: M_{ij} / M_{ir}

Sendo:

M: importações totais dos mercados selecionados

M_i: importações de mercados selecionados no setor i

M_{ij}: importações de mercados selecionados no setor i procedentes do país j

M_{ir}: importações de mercados selecionados do setor i procedentes do país rival (r)

M_j: importações de mercados selecionados procedentes do país j

Estes indicadores constituem uma representação das diferentes possibilidades de dinamismo competitivo de um país, quando se relaciona o dinamismo da estrutura de exportações a dinâmica do comércio internacional.

A metodologia desenvolvida pela CEPAL, permite verificar como a dinâmica das exportações esta condicionada a duas forças de mercado, de um lado a oferta (estrutura exportadora do país e a sua capacidade de atender a quantidades e qualidades exigidas), de outro, a demanda (mercado importador cada vez mais exigente e sensível a variações de renda). Nesse sentido, o aumento da participação de mercado de um país no comércio internacional é uma razão direta da sua própria pauta de exportação em relação à crescente mudança do consumo mundial.

Na análise do mercado exportador do Pará, devido a falta de dados sobre a contribuição do setor exportador do Estado, foi feita uma adaptação na metodologia, utilizando-se como a participação de mercado (ou market-share) dos produtos exportados pelo Estado, o valor exportado do Pará sobre o valor exportado do Brasil, no ano correspondente, para cada produto. Conforme a fórmula a seguir:

Market-share = Valor exportado do Pará x 100

Valor exportado do Brasil

3.3.1.2 Conceitualização Setorial da Matriz de Competitividade

A conceitualização dos setores descrita na seção 3.3.1 deste capítulo caracteriza a predominância da estrutura exportadora de um determinado país, ou seja, a classificação é capaz de dizer em que se concentra a pauta de exportação do país, a partir dos indicadores descritos acima. A tabela-1, a seguir, faz um pequeno resumo dos quatro setores já apresentados em seção anterior, caracterizados a partir de duas variáveis que não deixam dúvidas quanto à classificação de cada um deles.

Tabela 1- Classificação setorial da estrutura exportadora

Setores / variáveis	Market-share	Demanda
Ótimo	+	+
Oportunidades Perdidas	-	+
Setores Retrocesso	+	-
Setores Declínio	-	-

Fonte: elaborado pelo autora a partir da CEPAL 2003

Para um melhor entendimento, os sinais “+” e “-“ foram usados no caso da variável “market-share” para descrever ganhos e perdas de mercado respectivamente. Para a variável “demanda” os sinais “+” e “-“ significam aumento e diminuição do consumo de determinado produto ou setor ao longo do período estudado, de acordo com os indicadores acima.

A conceitualização setorial da matriz de competitividade permite que se classifique a estrutura exportadora de países selecionados e se estabeleçam comparações ao longo do tempo, pois o dinamismo do setor externo destas economias ou a sua participação global no comércio

internacional é resultado da concentração da pauta de exportação em setores dinâmicos ou não-dinâmicos. A metodologia cepalina entende como dinâmicos aqueles setores cuja importância relativa no total importado pelos mercados selecionados se eleva ao longo do tempo, traçando uma tendência ascendente de aumento da demanda externa.

Os setores caracterizados como não-dinâmicos ou também chamados de estagnados tem sua importância diminuída no comércio internacional, traçando uma trajetória descendente da demanda externa, e países que aumentam ou diminuem seu market-share nesses segmentos, caracterizam suas estruturas exportadoras como setores em declínio e retrocesso respectivamente.

Países que aumentam ou diminuem sua participação de mercado em setores dinâmicos, permitem a classificação de suas estruturas exportadoras em setores ótimos e oportunidades perdidas respectivamente. A combinação destas categorias configura quatro situações em que se podem se concentrar a matriz de exportação dos países.

A classificação setorial advém das características da estrutura exportadora de um país e de mudanças na demanda internacional ao longo do tempo e mostra uma proporção importante em que se destaca a pauta de exportação de um país. Pela concentração das exportações e pelo conhecimento da demanda internacional crescente em determinados produtos é possível dizer em quais setores um país concentra suas vendas externas.

As quatro situações distintas (setores ótimos, oportunidades perdidas, setores em retrocesso e setores em declínio), determinadas em parte pelos indicadores (participação de mercado; contribuição e especialização) e por outra a contribuição do setor, estão plotados na figura-2 a seguir.

As escalas (1 máximo e -1 mínimo) da Figura-2, abaixo foram utilizadas apenas como forma de ilustrar ganhos e perdas, crescimento e diminuição das variáveis, não sendo portanto

medida obrigatória para resultados. Na verdade a Figura-2 define em termos de representação os aspectos conceituais que estão inseridos na classificação dos setores abordados em seção anterior.

A representação gráfica dos aspectos conceituais da matriz de competitividade diz respeito ao comportamento entre as variáveis: demanda do produto ou setor e o market-share. Na hipótese de ocorrer ganhos de mercado pelo país exportador em setores com demanda crescente, tem-se uma combinação positiva para as duas variáveis e a demonstração positiva no eixo qualifica o setor como ótimo.

Uma inserção competitiva no comércio internacional combina uma maior concentração das exportações em setores que oferecem demanda ascendente, procurando diminuir a participação naqueles ditos estagnados (demanda descendente). Por outro lado deve-se perseguir uma eliminação das perdas em setores de demanda crescente evitando uma elevação dos setores (oportunidades perdidas).

Uma elevada concentração nos setores em declínio releva que o país está ganhando mercado em produtos com demanda estagnada, quando esta relação das variáveis permanece ao mesmo tempo em que aumenta a especialização do país nesse setor, o mesmo acontece com o grau de vulnerabilidade externa do país.

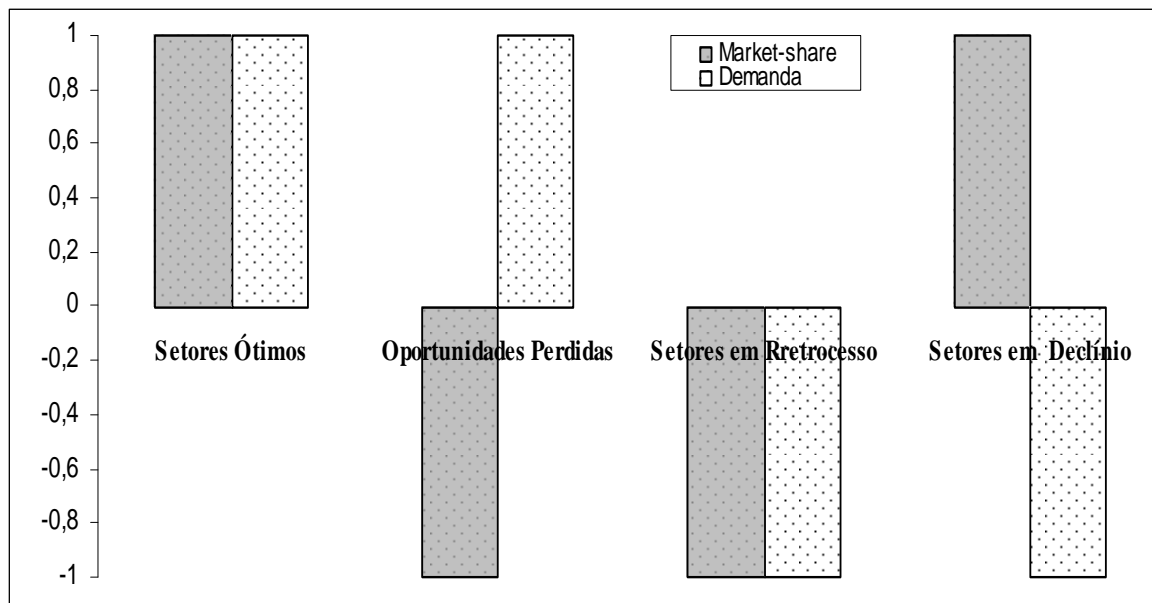


Figura-2 Classificação dos setores exportadores da Matriz de Competitividade.
 Fonte: Elaborado pelo autora, a partir de definições da CEPAL, 2004.

A figura-2 revela que quando aumenta a participação de mercado de um país ou região em relação a um determinado produto ou setor, e quando este produto ou setor tem demanda crescente ao longo do período a ser analisado, considera-se que este país está ganhando mercado em setores ótimos, com demanda internacional ascendente.

Na análise do dinamismo no mercado internacional dos produtos paraenses, considerou-se a variação do market-share do Brasil e a variação do market-share do Pará. No lado da matriz de competitividade que representa os setores dinâmicos, os produtos que obtiveram aumento do market-share do Brasil e aumento do market-share do Pará, cuja demanda internacional é crescente, classificam-se como setores ótimos. Os produtos que apresentaram diminuição do market-share no Brasil e/ou no Pará, com demanda internacional crescente, classificam-se no setor de oportunidades perdidas.

No lado da matriz correspondente aos setores não dinâmicos ou estagnados no comércio internacional, os produtos que apresentaram variação positiva do market-share do Brasil e do

Pará, cuja demanda internacional é decrescente, classificam-se no setor em declínio. Já os produtos que apresentaram market-share negativo do Brasil e do Pará, cuja demanda internacional é decrescente, classificam-se no setor em retrocesso.

Portanto, se os setores ótimos são o norte das políticas públicas os setores em retrocesso são os menos desejáveis, pelo baixo dinamismo das demandas e ainda pela queda de participação do país nesse mercado. Os setores “oportunidades perdidas” indicam a perda de participação no mercado de um determinado produto ou setor que oferece demanda internacional crescente. Por último os setores em declínio, são aqueles que apresentam ganhos de mercado em produtos ou setores com demanda externa decrescente.

4. MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As transformações estruturais do comércio internacional abriram oportunidades para os países em desenvolvimento, como o Brasil, de melhorar suas integrações dentro da economia mundial por meio de ganhos na participação de mercado em setores mais dinâmicos, ou seja, aqueles que oferecem fortes variações positivas ao longo do tempo.

A partir da década de oitenta ocorre o auge da liberalização dos mercados, as políticas institucionais que haviam apoiado fortes medidas protecionistas foram mostrando suas fragilidades frente às mudanças estruturais e a nova ótica dos mercados nacionais estava em aumentar as inversões de empresas transnacionais, criando um ambiente favorável que motivassem novas alocações de recursos.

As estratégias dos países em desenvolvimento como resposta a estas mudanças se afastava dos pressupostos neoclássicos na medida em que tinha o estado como agente indutor e interventor na alocação de recursos e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento industrial. As intervenções estatais foram cruciais para determinar a posição competitiva do Brasil, na medida

em que o livre jogo das forças de mercado caracterizava um ambiente internacional assimétrico com presença de falhas de mercado.

A incorporação da automação, cibernética, robótica e informática nos processos de produção diminuíram consideravelmente os custos unitários do produto e representaram um passo importante na competição internacional, pois, a permanência numa posição altamente competitiva exigiria um grau elevado de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e ciência e tecnologia. A elevação do molde tecnológico foi compartilhada por uma demanda mundial mais específica e exigente aos padrões de qualidade, permitindo uma sensibilidade maior para o consumo destes produtos quando varia a renda externa.

Então, este avanço tecnológico representa uma mudança na composição da oferta de produtos no mercado internacional, bem como a formação de novos arranjos produtivos com o objetivo de manter-se no mercado. As exportações mundiais ganharam em valor e os países que seguem dependendo de produtos concentrados em recursos naturais estão na contra-mão do comércio e permanecerão assim caso os princípios de alocação seletiva do estado interventor não entre em ação.

As tecnologias adotadas pelos novos processos produtivos caracterizam uma oferta diferenciada pelas diferenças na elasticidade-renda, a inovação dos produtos e a evolução das pautas de consumo, assim como determinam e condicionam as variações na posição competitiva dos países. Estas variações também explicam porque alguns produtos são mais dinâmicos que outros nos mercados mundiais.

A demanda mundial evoluiu no sentido de exercer alto coeficiente de resposta a variações unitárias na renda. Assim, o aumento da renda doméstica nacional motiva as importações de

produtos com elevado conteúdo tecnológico. Esta demanda altamente elástica determina uma expansão mais forte de alguns produtos em detrimento de outros no comércio internacional.

De um lado, produtos que incorporam em suas composições elevado grau de sofisticação tecnológica estão menos sujeitos a flutuações de preços e repercussões adversas de medida antidumping com normas aplicadas aos produtos. De outro, isto significa que o número crescente de barreiras não alfandegárias que incidem contra as manufaturas pouco complexas tem permitido um melhor acesso de produtos de alta tecnologia assim como determinado seu dinamismo internacional.

Outra influência decisiva na expansão dos produtos no comércio internacional tem sido a globalização dos processos produtivos, que através das empresas transnacionais e acordos internacionais de participação na produção tem promovido uma nova pauta de comércio em que os bens são elaborados em diferentes partes do mundo antes de chegar ao consumidor final.

Nesse sentido, os acordos internacionais de produção revelam uma predisposição de medidas de políticas públicas nacionais para atrair e mobilizar as intenções com grandes grupos internacionais. O papel do estado de acordo com a visão alternativa seria selecionar os setores chaves da economia doméstica e promover uma inserção nas chamadas redes internacionais de produção.

Países que através de políticas industriais seletivas conseguiram se especializar dentro das redes de produção globalizadas aumentando a margem de valor adicionado de suas exportações assim como se enquadraram num mercado que representa 30% das exportações mundiais.

A entrada em linhas de produção com alto potencial de crescimento da demanda mundial, alto valor adicionado e rápido aumento da produtividade acrescem a possibilidade de conseguir os retornos crescentes que advém da maior participação em grandes mercados, o que faz com que o comércio tenha um papel mais relevante no crescimento econômico.

Por outro lado, a concentração das exportações em bens com lento aumento da demanda ou contínuo excesso da oferta, colocam em risco o processo de crescimento pela perda de termos de troca e desperdícios de recursos disponíveis, a corrente estruturalista argumenta que a forma peculiar com que os países em desenvolvimento se relacionam com países desenvolvidos na troca de bens primários por produtos industrializados cria uma deterioração das relações de troca no longo prazo em favor dos países que exportam produtos não-industrializados.

5 ANÁLISE DO DINAMISMO DAS EXPORTAÇÕES DO PARÁ

Neste capítulo será demonstrado os indicadores da matriz de competitividade do Pará, a demanda mundial por produtos, e a participação de mercado do Brasil e do Estado do Pará para os produtos selecionados. E a análise da matriz de competitividade do Pará revela a competitividade dos principais produtos da pauta exportadora no comércio internacional.

5.1 INDICADORES DA MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DO PARÁ

Na análise da matriz de competitividade do Pará, foram utilizados os 25 principais produtos da Pauta de exportação do Pará, nos anos de 2004 e 2005, que correspondeu a 97,2% dos produtos exportados pelo Estado.

Foram consideradas as variações do ano de 2004 a 2005, para os produtos da Pauta de exportação do Pará classificados ao nível de seis dígitos no Sistema Harmonizado. Os principais indicadores utilizados para os produtos foram a variação do valor do mercado comprador ou demanda mundial, e o market-share ou participação do mercado do Brasil e do Pará.

A variação dos produtos no mercado comprador ou demanda mundial foram classificados quanto ao seu dinamismo, os que apresentaram variação positiva, classificam-se como produtos

dinâmicos na demanda mundial, já os que apresentaram variação negativa, classificam-se como produtos não dinâmicos na demanda mundial. Como é observado na tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Classificação dos produtos da Pauta de Exportação do Pará quanto ao dinamismo na demanda mundial.

Mundo (66 países)		Mercado Comprador (Demanda) - Valor		Variação [(2005/2004)- 1] x 100	Classificação dos Produtos
		US\$ FOB			
Cód. SH6	Produto	2004	2005		
030379	Pargos congelados	2.473.332	2.842.421	14,900	Dinâmico
030613	Outros Camarões congelados, exceto "krill"	6.072.229	6.220.816	2,400	Dinâmico
120100	Outros grãos de soja, mesmo triturados	10.238.024	10.337.896	1,000	Dinâmico
151110	Óleos de dendê, em bruto	2.269.998	2.403.735	5,000	Dinâmico
250700	Caulim e outras argilas caulínicas, mesmo calcinadas	1.458.448	1.485.694	1,900	Dinâmico
260111	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	8.022.578	13.888.197	73,100	Dinâmico
260200	Outros Minérios de	503.197	702.631	39,600	Dinâmico

	Manganês				
260200	Minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês de => 20%, em peso, sobre o produto seco	503.197	702.631	39,600	Dinâmico
260300	Sulfetos de Minério de Cobre	10.718.177	15.403.325	43,700	Dinâmico
260600	Alumina Calcinada	205.244	279.696	36,300	Dinâmico
260600	Alumina não calcinada	205.244	279.696	36,300	Dinâmico
280469	Outros silícios	1.199.880	1.270.938	5,900	Dinâmico
440729	Madeira de Ipê, Serrada, Cortada em folhas, etc	658.086	710.800	8,000	Dinâmico
440729	Outras madeiras tropicais, serradas, cortadas em folhas ou desenroladas, de espessura > 6mm	658.086	710.800	8,000	Dinâmico
440799	Outras madeiras, serradas, cortadas em	2.798.713	2.990.159	6,800	Dinâmico

	folhas ou desenroladas, de espessura > 6mm				
440920	Madeira de não coníferas, perfilada	2.231.520	2.517.603	12,800	Dinâmico
441213	Madeira compensada, com folhas de espessura =< 6mm, com pelo menos uma face de madeira tropical	2.245.984	2.031.920	-9,500	Não Dinâmico
441214	Madeira compensada, com folhas de espessura =< 6mm, com pelo menos uma face de madeira não conífera	2.480.799	2.797.657	12,800	Dinâmico
090411	Pimenta "piper", seca, não triturada nem em pó	215.466	214.680	-0,400	Não Dinâmico
010290	Outros bovinos vivos	3.725.173	4.300.998	15,500	Dinâmico
441830	Painéis de madeira, para soalhos	1.983.873	1.815.760	-8,500	Não Dinâmico
080122	Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	25.759	49.417	91,800	Dinâmico

720110	Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso =< 0,5% de fósforo	2.522.090	2.781.408	10,300	Dinâmico
760110	Alumínio não ligado em forma bruta	14.965.075	16.243.323	8,500	Dinâmico
470319	Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, crua	24.312	23.140	-4,800	Não Dinâmico

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Radar Comercial, 2007.

Na variação da demanda mundial, observa-se que dos 25 produtos analisados, 21 produtos classificam-se como dinâmicos, ou seja, aqueles cuja importância relativa no total importado se eleva ao longo do tempo, traçando uma tendência ascendente de aumento da demanda externa. Enquanto apenas 4 produtos classificaram-se como não dinâmicos no mercado mundial.

Na tabela 3, que apresenta o market share do Brasil, observa-se que no ano de 2005, em relação ao ano de 2004, apenas 13 produtos obtiveram ganhos na participação do mercado mundial, apresentando demanda externa crescente.

Tabela 3 – Market Share do Brasil para os produtos da Pauta de exportação do Pará.

		Varição no	Market Share	Valor Exportado		
		Valor Us\$ FOB	Brasil	Brasil - US\$		
Cód.	Produto	Países				
SH6		Fornecedores	2004	2005	2004	2005

030379	Pargos congelados	26,965%	0,923%	1,112%	26.299	37.358
030613	Outros Camarões congelados, exceto "krill"	1,677%	2,486%	2,145%	231.954	199.145
120100	Outros grãos de soja, mesmo triturados	10,306%	33,004%	32,553%	6.107.373	5.819.035
151110	Óleos de dendê, em bruto	-0,108%	0,186%	0,804%	4.755	20.797
250700	Caulim e outras argilas caulínicas, mesmo calcinadas	7,697%	16,043%	15,526%	297.645	291.581
260111	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	141,898%	29,864%	26,945%	5.986.820	8.276.369
260200	Outros Minérios de Manganês	109,753%	10,771%	12,768%	158.257	221.684
260200	Minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês de => 20%, em peso, sobre o produto seco	109,753%	10,771%	12,768%	158.257	221.684

	Sulfetos de Minério de					
260300	Cobre	124,996%	0,929%	1,575%	101.672	234.975
260600	Alumina Calcificada	73,092%	16,537%	15,291%	233.006	276.483
260600	Alumina não calcificada	73,092%	16,537%	15,291%	233.006	276.483
280469	Outros silícios	30,505%	15,676%	16,497%	237.687	249.209
440729	Madeira de Ipê, Serrada, Cortada em folhas, etc	30,187%	15,054%	15,700%	307.624	351.270
440729	Outras madeiras tropicais, serradas, cortadas em folhas ou desenroladas, de espessura > 6mm	30,187%	15,054%	15,700%	307.624	351.270
440799	Outras madeiras, serradas, cortadas em folhas ou desenroladas, de espessura > 6mm	16,773%	8,659%	8,529%	324.088	337.718
440920	Madeira de não coníferas, perfilada	43,735%	8,225%	9,890%	223.895	300.873
441213	Madeira compensada, com folhas de espessura =< 6mm, com pelo menos	16,743%	2,805%	2,435%	99.902	81.140

	uma face de madeira tropical					
44121 4	Madeira compensada, com folhas de espessura =< 6mm, com pelo menos uma face de madeira não conífera	46,734%	7,634%	4,922%	191.807	132.979
09041 1	Pimenta "piper", seca, não triturada nem em pó	-13,616%	13,949%	11,754%	51.778	42.576
010290	Outros bovinos vivos	23,376%	0,001%	0,004%	41	150
441830	Painéis de madeira, para soalhos	20,414%	0,820%	0,938%	13.125	15.128
08012 2	Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	154,434%	21,668%	21,638%	23.684	33.384
72011 0	Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso =< 0,5% de fósforo	139,896%	31,651%	35,642%	1.413.43	1.796.6
76011 0	Alumínio não ligado em forma bruta	31,882%	5,951%	5,383%	1.128.31	1.077.3
47031 9	Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, crua	8,685%	3,553%	5,286%	1.965	3.368

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir do Sistema Radar Comercial, 2007

A tabela 4, mostra o market share dos produtos do Pará para o anos de 2004 e 2005, sendo calculado como a variação do valor das exportações do Pará sobre o valor das variação do valor das exportações do Brasil vezes cem, para cada ano, conforme foi especificado na seção 3.3.1.1 deste trabalho. Os resultados revelam que 14 produtos ganharam mercado no ano de 2005, em comparação com 2004, ou seja, apresentam demanda externa crescente.

Tabela 4 – Market Share dos 25 principais produtos da pauta de exportação do Pará.

Cód.	Produto	Valor Exportado Pará - US\$		Valor Exportado Brasil - US\$		Market Share % Pará (Vexp Pará/VexpBrasil x 100)	
		2004	2005	2004	2005	2004	2005
030379	Pargos congelados	6.979	9.631	26.299	37.358	26,537	25,780
030613	Outros Camarões congelados, exceto "krill"	18.047	18.588	231.954	199.145	7,780	9,334
120100	Outros grãos de soja, mesmo triturados	4.008	19.907	3	5	0,066	0,342
151110	Óleos de dendê, em bruto	5.839	16.263	4.755	20.797	122,797	78,199
250700	Caulim e outras argilas caulínicas, mesmo calcizadas	228.20	224.082	297.645	291.581	76,669	76,851
260111	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	993.68	1.407.24	5.986.82	8.276.36	16,598	17,003

26020	Outros Minérios de						
0	Manganês	92.384	124.843	158.257	221.684	58,376	56,316
26020	Minérios de manganês e seus concentrados, incluídos os minérios de manganês ferruginosos e seus concentrados, de teor de manganês de => 20%, em peso, sobre o produto seco	92.384	124.843	158.257	221.684	58,376	56,316
260300	Sulfetos de Minério de Cobre	148.34					
		4	240.607	101.672	234.975	145,904	102,397
260600	Alumina Calcinação	187.49					
		3	223.280	233.006	276.483	80,467	80,757
260600	Alumina não calcinada	187.49					
		3	223.280	233.006	276.483	80,467	80,757
28046		203.42					
9	Outros silícios	4	257.500	237.687	249.209	85,585	103,327
44072	Madeira de Ipê, Serrada, Cortada em folhas, etc						
9		90.662	107.142	307.624	351.270	29,472	30,501

44072 9	Outras madeiras tropicais, serradas, cortadas em folhas ou desenroladas, de espessura > 6mm	90.662	107.142	307.624	351.270	29,472	30,501
44079 9	Outras madeiras, serradas, cortadas em folhas ou desenroladas, de espessura > 6mm	114.62 6	125.909	324.088	337.718	35,369	37,282
44092 0	Madeira de não coníferas, perfilada	160.71 8	211.792	223.895	300.873	71,783	70,392
441213	Madeira compensada, com folhas de espessura =< 6mm, com pelo menos uma face de madeira tropical	9.288	8.102	99.902	81.140	9,297	9,985
44121 4	Madeira compensada, com folhas de espessura =< 6mm, com pelo menos uma face de madeira não	77.718	48.052	191.807	132.979	40,519	36,135

	conífera						
09041 1	Pimenta "piper", seca, não triturada nem em pó	44.052	35.577	51.778	42.576	85,079	83,561
010290	Outros bovinos vivos	0	0	41	150	0,000	0,000
441830	Painéis de madeira, para soalhos	22.990	10.648	13.125	15.128	175,162	70,386
08012 2	Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	12.783	18.952	23.684	33.384	53,973	56,770
72011 0	Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso =< 0,5% de fósforo	215.86 4	353.205	1.413.43 8	1.796.65 6	15,272	19,659
76011 0	Alumínio não ligado em forma bruta	719.82 3	768.478	1.128.31 2	1.077.33 1	63,796	71,332
47031 9	Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, crua	0	0	1.965	3.368	0,000	0,000

Fonte: Elaborada pela autora, a partir do Sistema Radar Comercial, 2007

5.2 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DO PARÁ

A matriz de competitividade do Pará para os anos de 2004-2005, revela o dinamismo da Pauta de exportação paraense no mercado mundial. Como o Estado apresenta uma pauta onde 25 produtos concentram 97,2% de suas exportações totais, composta basicamente por commodities, a análise da competitividade desses produtos no comércio exterior é muito valiosa para que se faça uma avaliação da situação atual das exportações paraenses, visando meios para melhorar a estrutura exportadora do Estado. A Matriz de Competitividade do Pará é demonstrada a seguir na Tabela 5:

Tabela 5: Matriz de Competitividade do Pará, medida pela porcentagem das exportações, ao nível de seis dígitos no comércio internacional, no período de 2004-2005.

Contribuição setorial nas exportações totais do Pará	2005-2004
SETORES ÓTIMOS	10,44%
(440729) Madeira de Ipê, Serrada,Cortada em folhas	0,83%
(440729) Outras Madeira Tropicais, Serrada,Cortada	1,50%
(280469) Outros Silícios	0,76%
(720110) Ferro Fundido Bruto, contendo, em peso =<0,5%	7,35%
SETORES EM DECLÍNIO	1,00%
(441830) Painéis de Madeira , para Soalhos	0,21%
(090411) Pimenta "piper", seca, não triturada nem em pó	0,79%

OPORTUNIDADES PERDIDAS	82,68%
(030379) Pargos congelados	0,21%
(030613) Outros camarões congelados	0,29%
(120100) Outros grãos de soja	0,41%
(151110) Óleo de dendê, em bruto	0,34%
(250700) Caulim	4,66%
(260111) Minérios de ferro não aglomerados e seus conc	30,01%
(260200) Outros Minérios de manganês	0,54%
(260200) Minérios de Manganês e seus concentrados	2,06%
(260300) Sulfetos de Minério de Cobre	6,22%
(260600) Alumina Calcinada	8,76%
(260600) Alumina não calcinada	3,87%
(440799) Outras Madeiras serradas, cortadas em folhas	2,74%
(440920) Madeira de não coníferas, perfilada	4,51%
(441213) Madeira compensada, com folhas de espessura	1,18%
(441214) Madeira compensada, com folhas de espessura	0,18%
(010290) Outros bovinos vivos	0,31%
(080122) Castanha-do Pará, fresca ou seca, sem	0,41%

casca

(760110) Alumínio não ligado em forma bruta 15,98%

SETORES EM RETROCESSO 3,09%

(470319) Pasta Química de Madeira de não conífera 3,09%

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir do Sistema Radar Comercial, 2007.

A matriz de competitividade do Pará apresenta apenas 10,44% das exportações no setor dinâmico competitivo, ótimo, ou seja, onde o Pará ganhou participação no mercado desses produtos, cuja demanda internacional é crescente.

Já o setor dinâmico não competitivo, de oportunidades perdidas, concentrou 82,68% da pauta, com um grupo de 18 produtos. Neste grupo o Pará perdeu participação no mercado de produtos com demanda internacional crescente.

O setor estagnado, em declínio, apresentou a menor concentração da porcentagem das exportações, apenas 1%. Este setor diz respeito ao ganho de mercado dos produtos de exportação do Pará em relação a produtos com demanda internacional decrescente.

O setor estagnado em retrocesso, também apresentou uma pequena parcela das exportações do Estado, somente 3,09% da pauta de exportação, que correspondeu à perda de participação no mercado, cuja demanda internacional é decrescente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a composição da estrutura de exportação do Pará, demonstrando que a pauta exportadora do Estado do Pará concentra-se em produtos primários, com baixo conteúdo tecnológico, o que provoca a deterioração dos termos de intercâmbio no comércio internacional. Não promovendo assim, o desenvolvimento sócio-econômico do Estado, que seria alcançado

através da competitividade de suas exportações, que consiste na capacidade de uma região para sustentar e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar simultaneamente o nível de vida de sua população.

A análise da matriz de competitividade do Pará demonstrou que a maioria da porcentagem das exportações do Estado, 82,68%, corresponde a classificação no setor dinâmico, não competitivo de oportunidades perdidas, onde o Estado apresenta vantagens comparativas nos produtos, mas perdeu participação no mercado internacional. Revelando a necessidade da implementação de políticas públicas de promoção às exportações que priorize a busca pelo aumento da diversificação dos mercados de destino de vendas externas do Estado, considerando a escolha dos setores alvos de maneira criteriosa.

Já os produtos mais importantes da pauta de exportação do Pará são aqueles que classificaram-se no setor dinâmico competitivo ótimo da matriz de competitividade. E dos 25 produtos analisados apenas 4 produtos (10,44% da pauta) classificaram-se como ótimos, mostrando que é necessário focalizar nas exportações desses produtos, competitivos no mercado internacional.

Os setores estagnados ou não dinâmicos da pauta de exportação, o setor em declínio e o setor em retrocesso, concentraram respectivamente apenas 1% e 3,09% das exportações do Estado. Mostrando que é necessário avaliar a exportação desses produtos e buscar meios para reverter esta situação.

Os resultados apresentados confirmam a hipótese da inserção regressiva do Brasil, neste caso do Pará, no sistema mundial de comércio, ou seja, a perda de competitividade internacional da indústria nacional e o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora. Nos mostrando a necessidade de debate sobre o tema, pois as exportações mundiais ganharam em valor e os países que seguem dependendo de produtos concentrados em recursos naturais estão na contra-mão do

comércio e assim permanecerão caso os princípios de alocação seletiva do estado interventor não entre em ação.

REFERÊNCIAS

AMESDEN, A. *Ásia's next giant*, Nova York, Oxford University Press, 1989.

BAER, W. – “Import Substitution and Industrializing in Latin América: Experiences and Interpretations”. IN: Latin America Research Research Review, primavera 1972.

BALASSA, B. “Export incentives and export performance in developing countries: a compative analysis”. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 1978.

_____”Development strategies and economic performance in developing countries: a comparative analysis of eleven semi-industrial economies”, B. Et alli, *Development strategies in semi-industrial economies*, Baltimore, The Jomhs Hopkins Univ. Press, 1982.

_____ “Outward versus inward oriententation once again”. *The World Economy*, 1983, vol 6 ,nº 2.

BANCO MUNDIAL (1993). *World Development Indicators*. Washington, 1993, 200p.

BIELSCHOWSKY , R. *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*, vol.1.- Rio de Janeiro: Record, 2000.

BNDS, *Textos para discussão*, 23 maio, 2000. 20p.

BRUM, Argemiro Luis. *O desenvolvimento econômico brasileiro*.-20 edição, Ed. UNIJUÌ, 1999, 571p

_____ *O desenvolvimento no contexto da globalização da economia: crises, alternativas, desafios, propostas. Indicadores econômicos FEE; Estado e políticas publicas no Sul*. Porto Alegre, v.24, n 3, dezembro de 1996.

BRASIL, FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará; CIN – Centro Internacional de Negócios; **Desempenho da Balança Comercial do Estado do Pará em 2005**; Disponível em: <<http://www.fiepa.org.br>>. Acesso em: 1 de fev. 2007.

CANUTO, O. **Brasil e Córrea do Sul: os (Des)Caminhos da Industrialização Tardia**. São Paulo: Nobel, 1994.

COELHO, Maria, e MONTEIRO, Maurílio. As economias extrativas e o subdesenvolvimento da Amazônia brasileira: contribuições do Prof. Stephen Bunker. **Novos Cadernos do NAEA**. Belém, v. 8, n. 1, p. 5-17, jun. 2005.

FONSECA, Renato. **Diversificação regional da exportações brasileiras: um estudo prospectivo**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. BNDES. Brasília. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: 22 dez. 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. **Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva**. UFRJ/IE. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.5, Edição Especial, 2001. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs>> Acesso em: 10 de janeiro de 2007.

GONÇALVES, Reinaldo, e BAUMANN, Renato...(et al). **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

KRUGMAN, Paul R, e OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional – teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MOREIRA. M. (1995) **Industrializing, Trade and Market Failures: the Role of Government Intervention in Brazil and South Korea**. Londres; Macmillan.

PENA, Heriberto Wagner Amanajás. **Brasil e Coréia do Sul: uma análise comparativa da dinâmica das exportações no comércio internacional, 1985-2000**. 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade da Amazônia, Belém, 2004.

PORTER, Michael E . **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro – Editora Florense – Universitária, 1981.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Editora Best Seller, São Paulo, 2002.

WILLIAMSON, John . **Economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ANEXOS

Tabela 1 : Produtos Exportados pelo Estado do Pará

Período: janeiro a dezembro de 2004 e 2005

	2004		2005		Var. %
Produtos	US\$ MIL FOB	%	US\$ MIL FOB	%	2005/2004
MINERAIS	2.961.098	77,83	3.871.445	80,53	30,74
Hematita	1.013.301	26,63	1.450.087	30,16	43,11
Alumínio & Derivados	724.915	19,05	770.502	16,03	6,29
Alumina & Óxidos	316.551	8,32	422.325	8,78	33,41
Ferro-gusa	215.865	5,67	353.205	7,35	63,62
Minério de Cobre	171.540	4,51	303.707	6,32	77,05
Caulim	229.255	6,03	224.082	4,66	-2,26
Bauxita	159.899	4,20	185.948	3,87	16,29
Manganês	92.384	2,43	124.843	2,60	35,13
Silício	37.388	0,98	36.746	0,76	-1,72
TRADICIONAIS	826.079	21,71	913.431	19,00	10,57
Madeira	543.442	14,28	575.196	11,96	5,84
Pasta Química de Madeira	136.245	3,58	148.569	3,09	9,05
Pimenta	47.498	1,25	37.789	0,79	-20,44
Peixes	19.560	0,51	23.601	0,49	20,66
Castanha do Brasil	14.725	0,39	22.119	0,46	50,21
Soja	4.282	0,11	19.908	0,41	364,92
Camarões Congelados	18.903	0,50	19.716	0,41	4,30
Dendê	6.756	0,18	17.387	0,36	157,36
Bovinos vivos	3.855	0,10	14.866	0,31	285,63

Palmito em conserva	6.330	0,17	8.136	0,17	28,53
Móveis e Art. de Madeira	7.600	0,20	7.733	0,16	1,75
Sucos de frutas	6.408	0,17	7.498	0,16	17,01
Papel	6.908	0,18	7.042	0,15	1,94
Couros e Peles	3.567	0,09	3.871	0,08	8,52
SUBTOTAL	3.787.177	99,54	4.784.876	99,53	26,34
Outros	17.513	0,46	22.762	0,47	29,97
TOTAL	3.804.690	100,00	4.807.638	100,00	26,36

Fonte: Sistema ALICE/SECEX - 16/01/2006

Tabela 2: Principais produtos exportados pelo Estado do Pará 2004-2005

Ord	Descrição	2005 (Jan/Dez)			2004 (J	
		US\$ F.O.B.	Part%	Kg Líquido	US\$ F.O.B.	Part
	Total da Área	<u>4.807.637.832</u>	<u>100</u>	<u>77.583.816.765</u>	<u>3.804.690.435</u>	<u>100</u>
	EXPORTADOS	4.674.089.506	97,22	77.304.808.777,00	3.62.545.577	96,3
	1 Minérios de Ferro não Aglomerados e seus					
	Concentrados	1.442.931.012	30,01	60.806.470.000	1.007.502.557	26,3
	2 Alumínio não Ligado em Forma Bruta	768.478.952	15,98	425.303.087	719.823.819	18,7
	3 Alumina Calcinaada	420.956.182	8,76	1.739.185.760	307.515.904	8,0
	4 Ferro Fundido Bruto não Ligado,	353.205.360	7,35	1.385.806.000	215.864.525	5,6

C/Peso<=0,5%

5 Sulfetos de Minérios de Cobre	299.237.327	6,22	386.837.000	171.343.944	4,3
6 Caulim	224.082.359	4,66	2.064.852.340	229.254.758	6,0
7 Madeira de não Coníferas, Perfilada	216.591.262	4,51	247.026.431	163.697.068	4,3
8 Bauxita não calcinada (Minério de Alumínio)	185.947.992	3,87	7.351.145.000	158.558.348	4,1
9 Pasta Quím. Madeira de N/Conif.A					
Soda/Sulfato,	148.568.994	3,09	331.591.522	136.244.860	3,5
10 Outras Mandiras Serradas/Cortadas em					
Folhas	131.515.630	2,74	387.811.732	120.439.478	3,1
11 Minérios de manganês Aglomerados e seus					
Concentrados	99.032.227	2,06	1.314.720.441	83.761.020	2,3
12 Outras Madeiras Tropicais,Serradas/Cort.Fls	71.932.071	1,5	166.600.450	61.011.898	1,6
13 Madeira Compensada C/Fls<=6mm, Face de					
madeira	56.794.062	1,18	113.150.899	90.035.098	2,3
14 Madeira de Ipê, Serrada/Cortada em Folhas,					
Etc.	40.020.681	0,83	74.970.498	31.811.577	0,8
15 Pimenta "Piper", Seca	37.783.270	0,79	29.559.310	47.497.589	1,2
16 Outros Silícios	36.745.882	0,76	29.607.500	37.387.603	0,9
17 Outros Minérios de Manganês	25.810.818	0,54	277.642.440	8.623.264	0,2
18 Outros Grãos de Soja, Mesmo Triturados	19.907.620	0,41	77.875.608	4.282.198	0,1
19 Castanha-do- Pará, Fresca ou Seca, sem					
Casca	19.826.108	0,41	3.787.400	13.087.710	0,3
20 Óleos de dendê, em Bruto	16.263.378	0,34	43.567.896	5.839.389	0,1

21 Outros Bovino Vivos	14.866.064	0,31	20.201.336	3.854.591	0,1
22 Outros Camorões Congelados, Exceto "Krill"	13.970.304	0,29	1.564.957	16.440.715	0,4
23 Painéis de Madeira, para Soalhos	10.678.800	0,22	10.686.482	23.130.679	0,6
24 Pargos Congelados	10.269.156	0,21	2.987.651	5.326.536	0,1
25 Madeira Compensada C/Fls<=6mm, Face de madeira	8.673.995	0,18	11.857.037	10.210.449	0,2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

Adaptado pela autora

Tabela 3: Balança Comercial dos Estados Brasileiros

Classificação pelo Saldo

Período: janeiro a dezembro de 2005

Valores em US\$ FOB

Posição	Estado	Exportação	Importação	Saldo
1º	Minas Gerais	13.500.769.405	3.936.125.403	9.564.644.002

2°	São Paulo	38.007.692.592	30.487.985.757	7.519.706.835
3°	Paraná	10.022.668.933	4.524.855.667	5.497.813.266
4°	Pará	4.807.637.832	404.401.298	4.403.236.534
5°	Rio Grande do Sul	10.453.684.362	6.692.205.207	3.761.479.155
6°	Mato Grosso	4.151.610.987	410.198.812	3.741.412.175
7°	Santa Catarina	5.584.124.544	2.186.454.844	3.397.669.700
8°	Bahia	5.987.743.569	3.310.798.536	2.676.945.033
9°	Espírito Santo	5.591.454.202	4.086.985.587	1.504.468.615
10°	Rio de Janeiro	8.191.295.242	6.699.999.606	1.491.295.636
11°	Goiás	1.816.294.287	723.933.412	1.092.360.875
12°	Alagoas	583.790.456	92.631.560	491.158.896
13°	Maranhão	1.501.033.919	1.156.715.491	344.318.428
14°	Ceará	930.450.856	588.655.890	341.794.966
15°	Rio Grande do Norte	413.317.372	110.364.049	302.953.323
16°	Rondônia	202.674.080	21.696.365	180.977.715
17°	Tocantins	158.735.865	14.252.439	144.483.426
18°	Paraíba	228.007.433	94.260.849	133.746.584
19°	Mato Grosso do Sul	1.149.018.098	1.080.039.871	68.978.227
20°	Amapá	76.511.159	16.585.495	59.925.664
21°	Piauí	58.660.647	14.928.601	43.732.046
22°	Acre	11.361.941	501.317	10.860.624
23°	Roraima	8.483.257	879.384	7.603.873
24°	Pernambuco	784.888.366	805.887.606	-20.999.240

25°	Sergipe	66.423.885	93.361.340	-26.937.455
26°	Distrito Federal	59.682.831	736.757.324	-677.074.493
27°	Amazonas	2.143.978.990	5.220.495.395	-3.076.516.405
	SUBTOTAL	116.491.995.110	73.511.957.105	42.980.038.005
	Consumo de Bordo	1.077.831.620	-	1.077.831.620
	Mercadoria nacionalizada	434.663.253	-	434.663.253
	Reexportação	303.779.494	-	303.779.494
	Zona não declarada	-	39.460.408	-39.460.408
	TOTAL	118.308.269.477	73.551.417.513	44.756.851.964

Fonte: Sistema ALICE/SECEX - 16/01/2006

Tabela 4: Balança Comercial dos Estados Brasileiros

Classificação pelo Valor Exportado

Período: janeiro a dezembro de 2005

Valores em US\$ FOB

Posição	Estado	Exportação	Importação	Saldo
1°	São Paulo	38.007.692.592	30.487.985.757	7.519.706.835
2°	Minas Gerais	13.500.769.405	3.936.125.403	9.564.644.002
3°	Rio Grande do Sul	10.453.684.362	6.692.205.207	3.761.479.155
4°	Paraná	10.022.668.933	4.524.855.667	5.497.813.266
5°	Rio de Janeiro	8.191.295.242	6.699.999.606	1.491.295.636

6°	Bahia	5.987.743.569	3.310.798.536	2.676.945.033
7°	Espírito Santo	5.591.454.202	4.086.985.587	1.504.468.615
8°	Santa Catarina	5.584.124.544	2.186.454.844	3.397.669.700
9°	Pará	4.807.637.832	404.401.298	4.403.236.534
10°	Mato Grosso	4.151.610.987	410.198.812	3.741.412.175
11°	Amazonas	2.143.978.990	5.220.495.395	-3.076.516.405
12°	Goiás	1.816.294.287	723.933.412	1.092.360.875
13°	Maranhão	1.501.033.919	1.156.715.491	344.318.428
14°	Mato Grosso do Sul	1.149.018.098	1.080.039.871	68.978.227
15°	Ceará	930.450.856	588.655.890	341.794.966
16°	Pernambuco	784.888.366	805.887.606	-20.999.240
17°	Alagoas	583.790.456	92.631.560	491.158.896
18°	Rio Grande do Norte	413.317.372	110.364.049	302.953.323
19°	Paraíba	228.007.433	94.260.849	133.746.584
20°	Rondônia	202.674.080	21.696.365	180.977.715
21°	Tocantins	158.735.865	14.252.439	144.483.426
22°	Amapá	76.511.159	16.585.495	59.925.664
23°	Sergipe	66.423.885	93.361.340	-26.937.455
24°	Distrito Federal	59.682.831	736.757.324	-677.074.493
25°	Piauí	58.660.647	14.928.601	43.732.046
26°	Acre	11.361.941	501.317	10.860.624
27°	Roraima	8.483.257	879.384	7.603.873
	SUBTOTAL	116.491.995.110	73.511.957.105	42.980.038.005

Consumo de Bordo	1.077.831.620	-	1.077.831.620
Mercadoria nacionalizada	434.663.253	-	434.663.253
Reexportação	303.779.494	-	303.779.494
Zona não declarada	-	39.460.408	-39.460.408
TOTAL	118.308.269.477	73.551.417.513	44.756.851.964

Fonte: Sistema ALICE/SECEX - 16/01/2006